

Relatório de
Governo
Societário



2018

MP-1701295/19

Metro do Porto, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 08 de Maio de 2019

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a combination of letters and numbers.

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	4
III.	Estrutura de capital	18
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	19
V.	Órgãos Sociais e Comissões	21
A.	Modelo de Governo	21
B.	Assembleia Geral	21
C.	Administração e Supervisão	22
D.	Fiscalização	30
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	35
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)	36
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	36
VI.	Organização Interna	38
A.	Estatutos e Comunicações	38
B.	Controlo interno e gestão de riscos	38
C.	Regulamentos e Códigos	50
D.	Deveres especiais de informação	52
E.	Sítio na Internet	53
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	54
VII.	Remunerações	56
A.	Competência para a Determinação	56
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	56
C.	Estrutura das Remunerações	56
D.	Divulgação das Remunerações	58
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	61
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	64
X.	Avaliação do Governo Societário	69
XI.	Anexos do RGS	72



I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2018.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. A Metro do Porto, S.A. integra assim o setor empresarial do Estado, devendo os seus relatórios de gestão incluir a informação definida do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Ofício-Circular n.º 588-DGTF, de 7 de fevereiro de 2018, estipula a obrigação de apresentação do Relatório de Boas Práticas do Governo Societário nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, com base em modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), obrigação a que se dá cumprimento com o presente documento.

Ao longo do ano de 2018 não ocorreram alterações significativas em matéria de Governo Societário, sendo, no entanto, possível destacar o seguinte:

A vigência do contrato celebrado entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. em 26 de fevereiro de 2010 deveria ter cessado a 31 de dezembro de 2014. Essa vigência foi prolongada diversas vezes, a última das quais na sequência da decisão de anulação administrativa do ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.. Esta última prorrogação concretizou-se no 5.º Aditamento, celebrado em 31 de março de 2016, por um prazo adicional de 24 meses, o considerado necessário pela Metro do Porto, S.A. para completar um novo procedimento de contratação pública, com público apelo à concorrência, para a subconcessão do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

Na sequência do envio à Tutela de uma proposta fundamentada com vista a dar início ao estudo e preparação de uma parceria público-privada para a subconcessão da operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, o Governo determinou, através do despacho 10536/2016, de 23 de agosto, a constituição de uma equipa de projeto para dar início ao estudo e à preparação de uma parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto Lei 111/2012, de 23 de maio.

Nessa sequência foi dado cumprimento ao deliberado e lançado a 23 de junho de 2017 um concurso para uma parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, que foi adjudicado a 24 de novembro de 2017 à Barraqueiro, SGPS, S.A. A operação do Sistema pelo adjudicatário iniciou-se em 1 de abril de 2018.

Metro do Porto, S.A.

É de realçar que o Metro do Porto continuou a atrair um número significativo de passageiros, alcançando um novo máximo de procura – 62,6 milhões. Foi prestado um serviço público eficaz, com um serviço diário de 19 horas e, em determinadas ocasiões, com reforço noturno (Operação MovePorto) ou até mesmo com operação em contínuo. A taxa de satisfação global dos clientes atingiu os 82,7%, confirmando a qualidade do serviço prestado pelo Metro do Porto.

A Empresa manteve a sua política de transparência através do conjunto de informação que disponibiliza às várias entidades com quem se relaciona (Tutela, INE, Banco de Portugal, DGO, entre outros) mas também ao cidadão comum através do site www.metrodoporto.pt.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. P.' followed by a stylized flourish, and the initials 'J. P.' are written to the right.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do RJSPE).

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).

Missão

Planear, conceber, construir, equipar e explorar um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em regime de concessão atribuída pelo Estado.

Visão

Promover a mobilidade sustentável na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Valores

Sustentabilidade, Orientação para o Cliente, Rigor, Transparência e Espírito de Equipa.

Objetivos Estratégicos para as décadas 2007-2027

- Constituir-se, posicionar-se e desenvolver-se como um ator e um fator inequívocos de dinamização económica e social da AMP.
- Contribuir para a modificação dos padrões de uso, ocupação e transformação das áreas urbanas e suburbanas da região, tendo em vista a competitividade territorial, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.
- Reforçar a sua intervenção e influência enquanto elemento estruturante do reordenamento do sistema de transportes da AMP, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- Privilegiar a dimensão metropolitana em oposição à dimensão porventura excessivamente municipal, tendo em particular atenção as concentrações de habitação, emprego e serviços.
- Promover a consolidação e a contenção dos tecidos urbanos.
- Privilegiar ganhos de tempo, em todas as circunstâncias, através da promoção da linearidade dos traçados e da prioridade à velocidade de circulação.
- Almejar a progressiva captação de deslocações ao transporte individual, através de uma política muito ambiciosa e concertada.

Metro do Porto, S.A.

- Promover a eficiência energética global do sistema de transportes da Área Metropolitana e visar metas ambiciosas de redução das emissões poluentes.

De acordo com a Estratégia Empresarial Integrada, os fatores chave para atingir os objetivos estratégicos para as décadas 2007-2027 são:

Adotando como referência as seguintes definições:

Zona Chave (ZC): zona que apresenta uma densidade populacional superior a 5000 habitantes por Km²;

Ponto Chave (PC): edifício com frequência superior a 1000 pessoas em dia útil médio,

são propostos os seguintes objetivos estratégicos para o período 2007-2020:

- *Que a maior percentagem possível de Zonas Chave (ZC) disponham de uma estação de Metro a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (40% até 2013);*
- *Acesso adequado, em todas as ZC que não tenham uma estação de Metro, a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (80% até 2013);*
- *Que a maior percentagem possível de Pontos Chave (PC) disponham (mínimo de 40% até 2013):*
 - *de cais Metro a distância igual ou inferior à definida para as Zonas Chave;*
 - *de acesso adequado a cais Metro a menos de 100m.*
- *Deslocalização máxima possível dos restantes Pontos Chave, se serviços públicos;*
- *Que as estações de todas as Zonas Chave, com uma estação a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos, estejam ligadas entre si a 10 Km/h (lineares com tempo de transbordo).*

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto estipulam, na Base XXI, n.º 2, que a Metro do Porto, S.A deve subconcessionar a exploração e manutenção da totalidade do Sistema.

Tendo sido anulado, em 21 de março de 2016, o ato de adjudicação do procedimento, por incumprimento do regime constante do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio (regime da Parceria Público Privada), foi decidido preparar um novo procedimento à luz do regime constante nesse Decreto-Lei.

Nessa sequência foi dado cumprimento ao deliberado e lançada a 23 de junho de 2017 um concurso internacional para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio e que foi adjudicado

Metro do Porto, S.A.

a 24 de novembro de 2017 à Barraqueiro, SGPS, S.A. Após obtenção do necessário visto do Tribunal de Contas, o novo contrato de subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto entrou em vigor no dia 1 de Abril de 2018.

A Estratégia Empresarial Integrada da Metro do Porto, para o período 2007-2027 define um conjunto de objetivos com vista à criação de benefícios económicos, sociais e ambientais na Área Metropolitana do Porto.

Objetivos de Exploração

O Orçamento para 2018 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2018	Meta 2018	
321,4	308,1	PASSAGEIROS KM (M)
1.670,1	1.608,6	LUGARES KM (M)
19,2%	19,2%	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
126,9%	110,1%	TAXA DE COBERTURA (%)

Pelo quadro supra contata-se que a tanto a procura como a oferta superaram o previsto, gerando uma taxa de ocupação idêntica ao objetivo.

A taxa de cobertura ficou acima da Meta para 2018, melhorando face ao ano anterior. Esta melhoria é sobretudo devida ao aumento da receita de transporte de passageiros em 7,6% (para um aumento de 3,4% da procura do sistema).

Sendo a operação do Sistema de Metro Ligeiro, nos termos previstos nas Bases de Concessão, efetuada por um subconcessionário selecionado por concurso público internacional, o custo de operação encontra-se estabilizado durante a duração do contrato. É assim possível afirmar que, do ponto de vista de custos de operação, o fator chave de que dependem os resultados da empresa é o resultado do processo de concurso internacional.

Do lado das receitas de exploração, estas são quase exclusivamente referentes ao tarifário intermodal Andante, cujas atualizações de preço são definidas administrativamente, usualmente com atualizações à taxa de inflação.

Do desequilíbrio do modelo de financiamento da Metro do Porto, baseado em endividamento remunerado, resultam custos de financiamento muito elevados e dependentes da evolução das taxas de juro.

Objetivos e resultados definidos pelos acionistas e grau de cumprimento dos mesmos

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2018.

Parque de veículos do Estado

A evolução do número de viaturas utilizadas e dos gastos incorridos foi a seguinte.

(valores em euros)					
Viaturas	2014	2015	2016	2017	2018
Nº Viaturas	30	31	31	29	29
Gastos com Viaturas	232 804	226 354	216 752	213 426	190 047

Durante o ano de 2017 procedeu-se à renovação da frota. Em 2018, manteve-se o número de viaturas e a tendência de poupança com os encargos associados, nomeadamente, na redução de custos de manutenção.

Plano de Redução de Gastos

O Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2018, refere no seu artigo 145º:

“1 — Para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017, sem prejuízo do disposto no número seguinte.(...)”

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;

c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

A tabela seguinte apresenta os valores em causa nestas orientações:

Metro do Porto, S.A.

PRC					(valores em euros)	
	2016 Exec.	2017 Exec.	2018 Exec.	2018 (Orç)	2018/2017 Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA						
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	-
(2) FSE	40.995.573	47.552.691	49.244.015	54.684.306	1.691.323	4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii)	4.321.725	4.356.738	4.519.920	4.551.370	163.182	4%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	165.000	0	165.000	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	0	0	0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 21º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0	1.349	22.608	26.600	21.259	1576%
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	45.317.298	51.909.430	53.763.935	59.235.676	1.854.505	4%
(5) Volume de Negócios (VN) ^{b)}	43.837.407	48.265.192	51.381.553	45.845.594	3.116.361	6%
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	1,03	1,08	1,05	1,29	-0,03	-3%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	38.385	41.387	34.170	9.000	-7.217	-17%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	4.823	5.070	7.426	0	2.357	46%
(iii) Gastos associados à Frota Automóvel ^{c)}	216.752	213.426	190.047	173.135	-23.379	-11%
Total = (i) + (ii) + (iii)	259.960	259.882	231.643	182.135	-28.239	-11%
(7) Encargos com estudos, pareceres, projetos e consultoria ^{d)}	457.986	114.813	331.732	357.595	216.920	189%
Número Total de RH (OS+CD+trabalhadores)	97	98	101	102	3	3%
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	12	12	12	0	0%
N. Cargos de Direção (CD)	13	13	13	14	0	0%
N. Trabalhadores (sem OS e sem CD)	73	73	76	76	3	4%
N.º Trabalhadores / N.º CD	5,62	5,62	5,85	5,43	0,23	4%
N.º Viaturas	31	29	29	29	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC+FSE+Gastos com Pessoal) não são considerados os gastos com as Indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações
b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
d) Em 2018 considera as contas 62211 (Estudos, pareceres e consultoria jurídica), 62213 (Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras) e 62214 (Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria).

Constata-se que é cumprida a orientação relativa à redução do peso dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, passando de 1,08 em 2017 para 1,05 em 2018. Também é cumprida a orientação relativa ao conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel na medida em que o seu valor em 2018 é 28 mil euros inferior a 2017.

Por outro lado, verifica-se um aumento de 4% dos gastos com pessoal, em linha com a evolução do efetivo médio ao serviço.

Verifica-se ainda o não cumprimento da orientação referente aos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria. Os principais trabalhos responsáveis pela execução de 2018 referem-se a consultoria relativa às Operações de US Cross Border Lease e Estudo para comercialização dos terrenos junto à estação Salgueiros.

Limites de endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento no período 2014 - 2018:

	(valores em euros)				
	2014	2015	2016	2017	2018
Encargos Financeiros	97.910.095	105.882.768	105.790.859	117.144.280	124.387.982
Taxa Média de Financiamento	3,05%	3,23%	3,13%	3,24%	3,30%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado nos últimos dois anos:

Passivo Remunerado	2017	2018	[valores em euros]	
			Var 18/17	
			Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3.612.370.128	3.771.308.171	158.938.044	4,4%
... do qual concedido pela DGTf	2.475.024.211	2.724.023.742	248.999.531	10,1%
Aumentos capital por dotação	0	0	0	-
Aumentos de capital por conversão créditos	0	0	0	-

Verifica-se em 2018 uma variação de 4,4% da dívida líquida.

Prazo médio de pagamento a fornecedores e pagamentos em atraso

O prazo médio de pagamento [PMP], calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta um aumento para um valor de 51 dias.

PMP	2017	2018	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	48	51	3	6,3%

A posição dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2018, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, é a seguinte:

Dividas Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	736.381	0	0	0	0
Aquisições de Capital	343.640	0	0	0	0
Total	1.080.020	0	0	0	0

Recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2017

Na Assembleia Geral realizada a 24 21 de julho junho de 20172018, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou "ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de:

- Regularizar a situação que está subjacente à reserva apresentada na Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas;
- Dar cumprimento ao artigo 145º Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental 2018), no que se refere aos gastos operacionais;
- Continuar a diminuir o PMP até ao prazo de 45 dias previsto no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas;
- Dar cumprimento ao artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que respeita à elaboração de relatório anual de prevenção da corrupção.

Relativamente à primeira recomendação, esta diz respeito ao facto de durante o exercício de 2017 terem sido “efetuadas projeções para custos estimados para a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos da Entidade” que indiciavam “uma sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 326 milhões de euros. Não obstante, a Administração entendeu manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício anterior [2017], que a 31 de dezembro de 2017, ascende a 521 milhões de euros, por razões cautelares, dado considerar que a eficácia do novo modelo deverá ser testada em anos futuros.” No exercício de 2018 voltaram a ser efetuadas projeções para custos estimados para a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos que, embora indiciem uma eventual sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 255 milhões de euros, mostram uma relevante diminuição face ao exercício anterior. Por este facto a Administração considera mais apropriado e cauteloso manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício de 2017.

Pontos anteriores deste relatório incidem sobre a segunda e terceira recomendação. Por fim, e relativamente à última recomendação, pode ser consultado o capítulo VI, secção A.

Orientações sobre remunerações

Foram integralmente cumpridas as orientações recebidas e aplicadas aos órgãos sociais, auditor externo e aos trabalhadores.

O artigo 20.º da Lei do Orçamento de Estado 2018 (que prorroga o artigo 41º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015)) prorrogou a não atribuição de prémios de gestão relativos a exercícios anteriores. Não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2018.

No ano de 2018 foi aplicada a redução remuneratória prevista no artigo º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”.

Não existe na Metro do Porto nenhum benefício de complemento de pensões atribuído aos seus colaboradores.

As tabelas previstas no Ofício-Circular nº 1116/2019, de 12 de março, referentes à remuneração dos órgãos sociais são apresentadas na Nota 23.7 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, e de seguida reproduzidas:



Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro	575,00	0,00
2016-2018	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	940,00
2016-2018	Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	375,00	750,00
				1.690,00

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma(1)	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25-jan-16				2
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25-jan-16				1
2016-2018	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25-jan-16	Sim	Águas do Centro Litoral, S.A.	O	1
2016-2018	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25-jan-16	N.A.	N.A.	N.A.	2
2016-2018	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25-jan-16	Sim	Câmara Municipal da Maia	O	2
2016-2018	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25-jan-16	Sim	Câmara Municipal de Gondomar	O	2

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Em 18 de fevereiro de 2019, por via do Decreto do Presidente da República n.º 14-N/2019], o Senhor Prof. Jorge Moreno Delgado assumiu funções de Secretário de Estado das Infraestruturas no XXI Governo Constitucional e renunciou, consequentemente, à sua função de Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., tendo cessado as suas funções nessa data. As funções assumidas até essa data pelo Prof. Jorge Moreno Delgado passaram a ser asseguradas pelo Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, Vogal Executivo do Conselho de Administração.





Metro do Porto, S.A.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
Tiago Filipe da Costa Braga	Águas do Centro Litoral, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor Centro de Empresas	Público
António Domingos da Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	Administrador	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	Sim	Empresa do Grupo B	4.864,34	1.945,74
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3.891,47	1.556,59
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
António Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Jorge Moreno Delgado	91.449,50	4.718,58	96.168,08	4.572,42	91.595,66
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	73.159,70	4.006,19	77.165,89	3.657,98	73.507,91
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	12.943,08	0,00	12.943,08	643,72	12.299,36
António Domingos da Silva Tiago	0,00	0,00	0,00		0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	0,00	0,00	0,00		0,00
			186.277,05	8.874,12	177.402,93

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsidio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	6,41	1.410,20	CGA	21.586,89	1.045,26	0,00	Seguro A.T.	633,86
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	6,41	1.442,25	Seg. Social	17.409,83	824,76	0,00	Seguro A.T	513,31
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	n.a	0,00	Seg. Social	2.921,06	0,00	0,00	Seguro A.T	84,46
António Domingos da Silva Tiago	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
		2.852,45		41.917,78	1.870,02	0,00		1.231,63

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Moreno Delgado	80,00	257,63	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	80,00	439,53	
		697,16	

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	(N.º)
Jorge Moreno Delgado	S	S	n.a.	Renting	2017	2021	536,69	6.440,28	28
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	S	S	n.a.	Renting	2017	2021	537,02	6.444,24	27
Tiago Filipe da Costa Braga	N								
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	N								
António Domingos da Silva Tiago	N								
Marco André dos Santos Martins Lopes	N								

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	486,44	3.425,63	864,99	4.290,62	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	389,15	1.743,14	231,85	1.974,99	
				6.265,61	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	394,45	1.706,98	1.005,18	Refeições	1.303,58	4.410,19
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	607,22	560,60	290,39	Refeições	183,13	1.641,34
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0,00	0,00	N.A.	0,00	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0,00	0,00	0,00	N.A.	0,00	0,00
António Domingos da Silva Tiago	0,00	0,00	0,00	N.A.	0,00	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	0,00	0,00	0,00	N.A.	0,00	0,00
						6.051,53

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2016-2018	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	DUE	24-jul-17	1.362,01	2
2016-2018	Vogal Efetivo	Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	DUE	24-jul-17	1.021,51	1
2016-2018	Vogal Efetivo	António Maria da Silva Caetano	DUE	24-jul-17	1.021,51	1
2016-2018	Vogal Suplente	Ricardo Inácio Veloso Zamith de Passos	DUE	24-jul-17	0,00	1

(1) Indicar AG/DUE/Despacho.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	19.068,14	0,00	19.068,14
Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	14.765,46	0,00	14.765,46
António Maria da Silva Caetano	14.533,30	0,00	14.533,30
Ricardo Inácio Veloso Zamith de Passos	0,00	0,00	0,00
			48.366,90

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2017-2018	ROC Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso	183	9077	DUE	23-abr-18	15-mai-18	2	2
2017-2018	ROC Suplente	BDO & Associados, S.R.O.C. Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	29	20161384	DUE	23-abr-18	n.a.	n.a.	n.a.

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€) ¹			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso	16.000,00	0,00	16.000,00	N.A.	0,00	0,00	0,00
BDO & Associados, S.R.O.C.. Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	0,00	0,00	0,00	N.A.	0,00	0,00	0,00

¹ Não existiram serviços adicionais, com exceção do Auditor Externo. Este valor inclui os serviços de apoio ao Conselho Fiscal

Auditor Externo

Identificação do Auditor			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo (*)	Nº de anos de funções exercidas na sociedade (*)
Nome Auditor	Nº OROC	Nº CMVM				
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10-10-2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	3	3

(*) De forma consecutiva

Nome Auditor	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€) ¹			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	22.400,00	0,00	22.400,00	N.A.	0,00	0,00	0,00

¹ Não existiram serviços adicionais, com exceção do ROC

É apurado e divulgado anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Empresa, disponível no *site* da Metro do Porto, a proporção salarial entre géneros e entre quadros técnicos e não técnicos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro do Porto solicitou, em 23 de maio de 2018, a renovação do regime de exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria concedido através do Despacho Nº. 746/16-SEATF, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças de 15 de julho de 2016.

A 25 de julho de 2018 a Empresa foi notificada de tal renovação através do despacho, Ofício n.º 11880/2018, 18 de julho, da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), que autoriza exceção do cumprimento da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE), nos termos do estabelecido pelo n.º 5, do artigo 104º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, para os anos de 2018 e 2019, somente os valores:

- a. Inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito),
- b. Das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados,
- c. Objeto do serviço de recolha contratualizado, os quais devem ser transferidos para contas da Metro do Porto no IGCP, com uma periodicidade quinzenal.

No âmbito dos reportes regulares à Direção Geral do Orçamento, a Empresa tem identificado mensalmente as disponibilidades e aplicações financeiras mantidas no IGCP e noutras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2018 as disponibilidades que a Empresa mantinha no IGCP correspondiam a cerca de 17,3 milhões de euros.

Fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da Empresa

Em geral e em termos prospetivos, e além dos já citados, podem considerar-se como principais fatores chave para os resultados da Empresa:

- A preocupação constante com a satisfação dos clientes, através da prestação de um serviço de qualidade e respetivo controlo;
- A boa gestão e controlo dos recursos da Empresa e dos processos internos e externalizados;
- Uma política de investimento congruente com os objetivos estratégicos.

Contrato de serviço público

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da Metro do Porto, S.A., as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais. Para mais detalhe sobre o mesmo consultar o capítulo VI, secção F do Relatório.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

O capital social é representado por 1.500.000 ações de valor nominal de 5 euros (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais), distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações	% Acionista
Estado	600.000	40,0%
Área Metropolitana do Porto ¹	600.000	40,0%
STCP	250.000	16,7%
CP	50.000	3,3%

¹ Incluindo Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, com uma participação no capital social de 1 ação.

Não se registou qualquer modificação no capital ou na estrutura acionista no exercício de 2018.

As ações são obrigatoriamente escriturais e nominativas. As participações sociais no capital da concessionária só podem ser oneradas ou transmitidas entre acionistas ou a outras entidades de direito público ou de capitais exclusivamente públicos, e mediante autorização prévia por parte dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, sob pena de nulidade, salvo tratando-se de transmissão entre acionistas da concessionária, conforme disposto na Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º 241 – 19 de dezembro de 2016, que procede à alteração do n.º 2 da *Base XIX* das bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S.A

O acordo parassocial prevê este mesmo regime limitativo da transmissão de ações.

Além disso, o acordo parassocial, relativamente à possibilidade de a Área Metropolitana do Porto poder distribuir ações do seu lote pelos municípios, prevê uma restrição adicional, sendo que, nos termos do n.º 3 do art.º 2.º daquele acordo, a transmissão de ações só será eficaz perante os restantes sócios se o município transmissário tiver subscrito a declaração prevista no art.º 11 do acordo parassocial ou se este vier a declarar, nos mesmos termos aí indicados, que adere ao acordo.



IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

As participações detidas pela Metro do Porto, S.A. resultam da atividade da empresa, nomeadamente para a implementação de uma operação de financiamento da aquisição da frota de material circulante (Nortrem e Metro do Porto Consultoria), atividade de exploração publicitária do sistema (Transpublicidade) e gestão do sistema de bilhética (TIP).

Em 2018 não existiu qualquer alienação de participações sociais. No final de 2018 a Metro do Porto, S.A. possui as seguintes participações:

Sociedade	% capital
TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	33,33%
Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.	100,00%
Nortrem, ACE	90,00%
Transpublicidade, S.A.	40,00%

O Nortrem, ACE e a Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. são duas entidades instrumentais criadas no âmbito da operação de locação operacional sobre os veículos Eurotram, sendo a missão da Nortrem a aquisição e locação de equipamento ferroviário. O objeto da Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. é o desenvolvimento e participação de projetos económicos relacionados com transportes urbanos (no caso concreto, a referida operação de locação).

A Transpublicidade, S.A. é uma sociedade veículo, para exploração de publicidade em veículos e instalações, da MP e da STCP, em parceria com a MOP – Multimédia Outdoors Portugal, S.A., agência de meios de âmbito nacional, especializada no comércio de redes de mupis e outdoors, especialmente em sistemas de transportes de passageiros, visando maximizar os resultados a obter desta fonte de receita.

O TIP – Transportes Intermodais ACE implantou e gere o sistema de bilhética comum dos operadores aderentes e define a estrutura de tarifário intermodal comum para os meios de transporte público de passageiros em que se insere o Metro do Porto.

Metro do Porto, S.A.

A Metro do Porto participa nas seguintes associações e fundações: UITP - International Association of Public Transport, Alamys - Asociación Latinoamericana de Metros y Subterráneos, AdEPorto - Agência de Energia do Porto, Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, Casa da Música, Fundação de Serralves, Porto Digital, APNCF - Associação Portuguesa para a Certificação, Normalização Ferroviária e Inegi - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial e PFP - Plataforma Ferroviária Portuguesa. A participação da Empresa nessas associações e fundações ocorre sobre a forma de Membro Fundador, Membro dos Órgãos Sociais, Membro participante ou Associada, conforme melhor detalhado no Relatório de Sustentabilidade.

Não existem relações comerciais entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem pessoas singulares titulares de participações qualificadas nas entidades constantes da tabela acima.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Metro do Porto não detêm ações ou obrigações da Empresa nem das suas participadas.

Todas as ações e quotas das entidades constantes da tabela acima são ordinárias integrando uma categoria única que não confere quaisquer direitos especiais aos seus titulares, pelo que o número de votos corresponde ao número de ações.

V.Órgãos Sociais e Comissões

A.Modelo de Governo

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Nos termos do n.º 1 alínea b) do artigo 14.º dos Estatutos da Metro do Porto S.A. compete à Assembleia Geral eleger os órgãos sociais e seus titulares.

Em Assembleia Geral realizada no dia 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os membros do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 2016-2018 e fixado o respetivo estatuto remuneratório.

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 24 de julho de 2017, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal para completar o mandato relativo ao triénio de 2016-2018 e fixado o estatuto remuneratório.

No que respeita ao Revisor Oficial de Contas resulta do disposto na alínea f) n.º 3 do artigo 3 da Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro, que o órgão de fiscalização das entidades de interesse público deve selecionar os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 23 de abril de 2018, foi eleito como Revisor Oficial de Contas efetivo a sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso, ROC n.º 712, e como suplente a BDO & Associados, S.R.O.C., Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira, ROC n.º 781, para revisão oficial de contas da Metro do Porto, S.A. relativas ao exercícios económicos de 2017 e 2018, de acordo com a recomendação do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A..

B.Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ⁽¹⁾	Data
2016-2018	Presidente	Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro	D	04/05/2017
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	D	25/01/2016
	Secretário	Jorge Miguel Ósorio de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	D	25/01/2016

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 13.º dos estatutos, a Assembleia Geral só pode funcionar, quer em primeira quer em segunda convocação, se estiver presente o acionista Estado. O n.º 2 do artigo 14.º dos estatutos impõe ainda que *"as deliberações que importem alterações aos estatutos só podem ser aprovadas com o voto concordante do acionista Estado."*

C.Administração e Supervisão

1.Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

2.Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos [o que saiu e o que entrou].

3.Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

4.Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

5.Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

6.Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

7.Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

8.Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;

Metro do Porto, S.A.

- b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato determinado.*
- c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;*
- d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.*

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. O Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, contém um conjunto de princípios com o objetivo de fomentar a adoção de modelos de governo que atinjam elevados níveis de desempenho, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. São também consagrados princípios no que diz respeito à prestação de informação pelas empresas públicas aos cidadãos e contribuintes.

A Metro do Porto é dotada de Conselho de Administração que, nos termos dos seus estatutos – aprovados através do DL n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, da Assembleia Geral de 13 de julho de 2012, da Assembleia Geral de 18 de julho de 2016 e da Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro – no seu art.º 18.º, “é composto pelo número de membros que for fixado pela Assembleia Geral até ao máximo de sete, incluindo o presidente”. Portanto, os estatutos preveem um número máximo, mas não um número mínimo de elementos. Em complemento, não obstante os estatutos não preverem um número mínimo de membros para a composição do Conselho de Administração, o acordo parassocial, no seu art.º 4.º, vem dispor que “o conselho de administração da Metro do Porto será composto por um mínimo de três membros efetivos”. O conselho de administração da Metro do Porto tem dois membros efetivos.

As funções de administração cabem ao Conselho de Administração, que delega alguns poderes de gestão na Comissão Executiva. A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro do Conselho Fiscal, eleitos em assembleia geral por um período de três anos, sendo ainda as contas da Metro do Porto auditadas por entidade externa especializada.

Os estatutos, nos seus artigos 12º a 22º, preveem normas relativamente às nomeações dos membros dos órgãos sociais: a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente indicado pelo acionista Área Metropolitana do Porto, sendo o Vice-Presidente e o Secretário indicados pelo acionista Estado. O Conselho de Administração é composto por sete membros sendo o Presidente, que também o é da Comissão Executiva, e bem assim o máximo de três vogais (dois executivos e um não executivo) indicados pelo acionista Estado. A Área Metropolitana do Porto tem direito a indicar um máximo de três vogais não executivos. O conselho fiscal é constituído por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente. O acionista Estado tem direito a indicar o presidente e um vogal efetivo do conselho fiscal, tendo a acionista Área Metropolitana do Porto direito a indicar outro vogal efetivo e o vogal suplente.

De acordo com o n.º 2 do artigo 12º dos estatutos, os mandatos dos órgãos sociais são de três anos, sendo permitida a sua renovação dentro dos limites previstos na lei. Refere o n.º 3 do referido artigo que os membros dos órgãos sociais permanecem no desempenho das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.

Na Assembleia Geral realizada em 25 de janeiro de 2016, foram nomeados os seguintes membros do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018: Presidente: Professor Jorge Moreno Delgado; Vogal Executivo: Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes; Vogais não Executivos: Eng. Tiago Filipe da Costa Braga; Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; Eng. António Domingos Silva Tiago; Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes.

Em 18 de fevereiro de 2019, por via do Decreto do Presidente da República n.º 14-N/2019], o Senhor Prof. Jorge Moreno Delgado assumiu funções de Secretário de Estado das Infraestruturas no XXI Governo Constitucional e renunciou, consequentemente, à sua função de Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A., tendo cessado as suas funções nessa data.

Os membros não executivos são independentes.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ⁽¹⁾	Data	[Entidade pagadora]	(O/D) ⁽²⁾
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25/jan/16	Metro do Porto, S.A.	
	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25/jan/16	Metro do Porto, S.A.	
	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25/jan/16	Águas do Centro Litoral, S.A.	O
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25/jan/16	Banco BPI	O
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25/jan/16	Câmara Municipal da Maia	O
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25/jan/16	Câmara Municipal de Gondomar	O

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

A informação curricular detalhada dos membros do Conselho de Administração é a seguinte:

Presidente:

Professor Jorge Moreno Delgado

2002: Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP

Desde fevereiro de 1995, Professor - Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

1993: Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP

1990: Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP

Experiência Profissional:

2017 - 02/2019: Presidente do Conselho de Administração do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE
2017 - ...: Vice-Presidente Assembleia Geral Associação Casa da Arquitetura
2016 - 02/2019: Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
2016 - 02/2019: Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
2016 - 2017: Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
2008 - 2012: Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.
2004 - 2005: Vice-Presidente do Conselho Administrativo e Diretivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)
2000 - 2003: Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.
1990 - 1995: Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

Vogal Executivo:

Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

1990: Parte Escolar do Mestrado em Gestão de Empresas, Escola de Gestão do Porto (atual Porto Business School) - Universidade do Porto
1985: Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional:

2016 - ...: Administrador não Executivo do Conselho de Administração da Associação Porto Digital
2016 - ...: Administrador do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE
2016 - ...: Gerente da Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.
2016 - ...: Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.
2016 - ...: Vogal Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
2014 - 2015: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Efacec Capital SGPS, S.A.
2012 - ...: "Business Angel" e Consultadoria nas áreas da Estratégia, Controlo de Gestão e Controlo de Custos - Por conta própria e Itineris Partners.
2008 - 2012: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Grupo S.L. - Sardinha & Leite, SGPS, S.A.
1995 - 2008: Funções em diversas empresas do Grupo Sonae Indústria onde para além da função específica era também Membro do Comité Executivo (desde 1998) e Adjunto do Conselho de Administração (desde 2001)
2006 - 2008: Chief Operating Officer do "Non Board Business" do Grupo Sonae Indústria
2003 - 2006: Responsável pelas Finanças, Área Administrativa e Controlo de Gestão do Grupo Sonae Indústria e pelo acompanhamento da operação Canadiana, Sonae Serviços de Gestão / Grupo Sonae Indústria
2002 - 2003: Chief Financial Officer da Isoroy S.A., operação francesa da Sonae Indústria, Isoroy S.A. / Grupo Sonae Indústria - Paris, França

Metro do Porto, S.A.

1998 - 2002:	Chief Financial Officer da Sonae Indústria e responsável pelo acompanhamento das operações Canadiana e Sul-Africana, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria
1996 - 1998:	Chief Executive Officer da Sonae South Africa (Pty) Ltd e Membro do Conselho de Administração da Tafibra Zimbabwe (Pvt) Ltd - Johannesburg, África do Sul
1995 - 1996:	Diretor Financeiro da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e responsável pela elaboração do projeto de instalação de uma unidade industrial na África do Sul, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria
12/1994 - 03/1995:	Membro da equipa de projeto para a Globalização do Negócio da Sonae Indústria, Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
1993 - 03/1995:	Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
1991 - 1993:	Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modis - Distribuição Centralizada, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
10/1990 - 1991:	Diretor de Controlo de Gestão da Área Estratégica de Negócio Sonae Distribuição (atualmente Continente) e Diretor Administrativo e Financeiro da Sonae Comércio e Serviços, Sonae Comércio e Serviços, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)
1988 - 1989:	Diretor Administrativo e Financeiro, ARPI - Sociedade Exportadora de Confeções
1986 - 1988:	Analista - Área Financeira e Económica, Banco Borges & Irmão Porto]

Vogal não Executivo:

Eng. Tiago Filipe da Costa Braga

2011:	Pós-Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro
1998:	Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Experiência Profissional:

2018 -:	Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Águas do Centro Litoral, S.A.
2016 -:	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto, S.A.
2016 - 2018:	Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.
2016 - 2018:	Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.
2016 -:	Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.
2013 - 2016:	Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.
2013 - 2013:	Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia
2005 - 2013:	Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador da LUSAENOR - Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação
2002 - 2005:	Gestor Desenvolvimento e Produto APCER - Associação Portuguesa de Certificação
2000 - 2002:	Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Industria



Vogal não Executivo:

Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

1992 - 1997: Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Econmicas e Empresarias da Universidade Católica Portuguesa (1992 - 1997).

Experiência Profissional:

2013 - ...: Banco BPI, S.A.: Banca de Empresas, Direção de Empresas Norte, Diretor de Centro de Empresas

2009 - 2014: Membro do Conselho de Administração da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana

2009 - 2013: Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

2005 - 2013: Membro da Assembleia Intermunicipal da LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

2010 - 2013: Presidente do Conselho de Administração da águas do Porto, E.M.

2010 - 2013: Presidente do Conselho de Administração da GOP - Gestão De Obras Públicas, EM

2009 - 2013: Vereador da Cmara Municipal do Porto (Pelouro do Urbanismo e da Mobilidade)

2009 - ...: Membro do Conselho de Administração da Porto Vivo, Sociedade de Reabilitao Urbana

2010 - 2012: Administrador no Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

2007 - 2009: Vereador da Cmara Municipal do Porto (Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer)

2005 - 2007: Vereador da Câmara Municipal do Porto (Pelouros da Educação, Desporto, Juventude e Inovação)

2004 - 2005: Responsável pelo Centro de Empresas da Galiza (Espanha), em Santiago de Compostela do Banco BPI, S.A.: Banca de Empresas, segmento de Grandes Empresas

1998 - 2005: Gerente de Conta do Banco BPI, S.A.: Banca de Empresas, segmento Grandes Empresas

1997 - 1998: Estágio na Banca de Empresas do Banco Borges & Irmão

Vogal não Executivo

Eng. António Domingos Silva Tiago

Pós-graduação em Alta Direção pela AESE, Associação de Estudos Superiores de Empresa - Escola de Direção e Negócios

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Experiência Profissional:

2017 - ...: Presidente da Câmara Municipal da Maia (pelouros: Comunicação / Administração, Finanças e Patrimnio / Gestão Urbana / Desporto / Desenvolvimento e Inovação / Captação e Investimento)

2017 - 2018: Curso de Defesa Nacional (Instituto de Defesa Nacional)

2017 - ...: Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, gua e Saneamento da Maia

2017 - ...: Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Maia

2001 - 2017: Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia (pelouros: Ambiente e Qualidade de Vida, Urbanismo / Loteamentos, Obras Particulares / Toponímia, Fundos



1985 - 1989:

Comunitários e Fundos de Investimento Imobiliário, Relacionamento com Empresas Públicas]

Deputado à Assembleia Municipal da Maia

Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, E.E.M.

Presidente do Conselho de Administração da Espaço Municipal, E.E.M.

Administrador da Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

Administrador do Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Vogal não Executivo:

Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes

Licenciatura em Gestão

Experiência Profissional:

2014 - ...:	Coordenador do Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto.
2015 - ...:	Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil.
2015 - ...:	Vogal do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2013 - ...:	Presidente da Câmara Municipal de Gondomar.
2005 - 2013:	Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto.
1999 - 2005:	Técnico de Administração Tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira

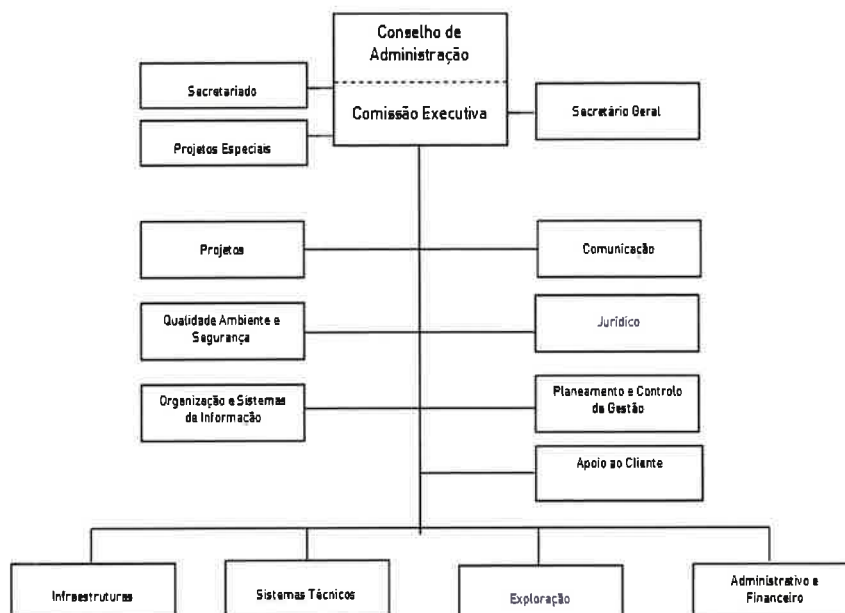
É apresentada em anexo a este relatório declaração assinada pelos membros do órgão de administração prevista no artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião de 29 de janeiro de 2016 foram delegadas na Comissão Executiva diversas competências para gestão corrente da sociedade e prática de quaisquer atos e contratos até ao valor de 500.000,00 euros, tendo o Conselho de Administração reservado para si algumas matérias.

Em 2018 não ocorreram mudanças na estrutura organizacional da Empresa, tendo-se mantido o seguinte organograma:

Metro do Porto, S.A.



Durante o exercício de 2018 realizaram-se 21 reuniões do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

Nome	Órgão Social	Reuniões	Presenças
Jorge Moreno Delgado	Conselho de Administração	21	21
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Conselho de Administração	21	19
Tiago Filipe da Costa Braga	Conselho de Administração	21	18
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Conselho de Administração	21	17
António Domingos Silva Tiago	Conselho de Administração	21	16
Marco André dos Santos Martins Lopes	Conselho de Administração	21	13

Realizaram-se no mesmo período 41 reuniões da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA., nas quais participaram sempre os seus dois membros.

Os membros do Conselho de Administração desempenham, para além do cargo exercido na Metro do Porto, as seguintes funções:

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
Tiago Filipe da Costa Braga	Águas do Centro Litoral, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor Centro de Empresas	Público
António Domingos da Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	Administrador	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral. Não existem critérios pré-determinados.

Para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões no Conselho de Administração.

D.Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras

2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato determinado.

Metro do Porto, S.A.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

- a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato determinado.
- b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;
- c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;
- d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Foi definida, através de Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 24 de julho de 2017, a composição do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. para completar o mandato relativo ao triénio 2016-2018 e o respetivo estatuto remuneratório, de acordo com o indicado no quadro seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2016-2018	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	24/jul/17
	Vogal Efectivo	Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	Despacho	24/jul/17
	Vogal Efectivo	António Maria da Silva Caetano	Despacho	24/jul/17

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

A situação do ROC é explicitada em ponto autónomo: capítulo "V. Órgãos Sociais e Comissões" secção "E. Revisor Oficial de Contas (ROC)".

Relativamente a cargos e outras atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal, remetemos para a informação curricular. Quanto a procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização

para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo e outras funções dos órgãos de fiscalização, considera-se não aplicável.

Apresenta-se, de forma resumida, informação curricular dos membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Dr.^a Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1983

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa, 2000

Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006

Experiência Profissional

Na Administração Pública:

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde novembro/2007).

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006-2007).

INETI - Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia - Diretora de Serviços, responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005).

INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola - Ministério da Agricultura - Chefe de Serviço, responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003).

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - Ministério das Finanças - Assessora (2000).

IGCP - Instituto de Gestão do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1998-2000).

Direção-Geral da Junta do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1996-1998).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Chefe de Divisão, responsável pelas Operações Ativas do Estado (1993-1996).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Técnico Superior, na área dos apoios financeiros dos Estado (1983-1993).

Outras:

Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014 e mandato em curso).

Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. (mandato 2015-2017, continuando a assegurar o cargo).

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014, 2015-2017 e 2018-2020).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empordef, S.A. (em liquidação) - (mandatos 2007-2009 e 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (mandatos 2008-2010, 2012-2014 e 2015-2017).

Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2011-2013, continuando a assegurar o cargo até à sua extinção).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (mandatos 2012-2014 e 2015-2017).

Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da EP - Estradas de Portugal, S.A. (mandatos 2007-2009, 2010-2012 e 2012-2014).

Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010-2012)

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007-2009)

Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006-2007)

Vogal: Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo

Master in Business and Administration (MBA) da Universidade Nova de Lisboa, 1999

Licenciatura em Economia na Universidade Católica Portuguesa, 1989

Experiência Profissional:

Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos (desde 2004);

Técnico Superior da Divisão de Coordenação Orçamental e Bonificações (1996-2004);

Técnico Superior da área da Dívida Pública da DGTF (1992-1996)

Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGFT (1992)

Estágio no Banco de Fomento e Exterior na área de análise de projetos (1989-1990).

Outras Atividades Profissionais:

Vogal do Conselho fiscal da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EPE (2013-2015)

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (desde 2013).

Vogal: Eng. António Maria da Silva Caetano

Profissão / formação académica: Engenheiro Civil / Licenciatura em Engenharia Civil, pela Universidade do Minho

Pós-graduação em Planeamento Urbanístico, pela Sociedade Portuguesa de Urbanistas

Atividade profissional:

A - Quadro técnico superior do setor empresarial da Construção Civil e Obras Públicas no período 1989 / 2001, sendo responsável pela gestão e coordenação técnica de diversos investimentos públicos e privados.

B - Vereador da Câmara Municipal de Vila do Conde, em regime de permanência, desde 2002, exerceu funções de Vice-Presidente de 2012, até outubro de 2017.

Geriu áreas diversas da atividade municipal, tais como urbanismo, saneamento básico, espaços verdes e jardins, trânsito, segurança e proteção civil, tendo participado ainda na administração geral e aprovisionamento do município.

Responsável pelo investimento municipal e obras, durante esse período, teve a seu cargo a coordenação e a gestão de dossiers estruturantes para o concelho, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do

concelho (PEDU), no âmbito do "Portugal 2020", a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e de Saneamento Básico, o projeto do Metro, o POLIS na cidade, a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), ou a criação das Áreas de Reabilitação Urbana.

Integrou o Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico da AMP no período 2013/2017, bem como o Conselho de Vereadores da Mobilidade e Ambiente, e participou na elaboração do Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial Metropolitano (PDCT) da AMP, no âmbito do atual quadro comunitário.

Representante do município junto da Agência Portuguesa do Ambiente, nas Águas de Portugal, na Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão dos Sistemas Públicos de Água e Saneamento, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e pelo Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, bem como pelo relacionamento institucional junto da EDP e da Agência de Energia do Porto.

Integrou em 2016 e 2017 o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério do Mar para avaliação das condições de segurança nas barras e nos portos de mar, a norte de Leixões.

É membro efetivo do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S. A..

Durante o exercício de 2018 realizaram-se 11 reuniões do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA., com a seguinte discriminação e registo de presenças:

N.º reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
1	Sede da empresa	Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Pedro Grilo VCF – Eng. António Caetano Dr. Hermínio Afonso Dr. José Teixeira	Sem ausências
10	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Pedro Grilo VCF – Eng. António Caetano	Sem ausências

Para além das reuniões mencionadas, foram, ainda, realizadas trocas de e-mails e conferências telefónicas entre membros do Conselho Fiscal e membros da SROC. Foram igualmente estabelecidos contatos entre o Conselho Fiscal e a Metro do Porto.

A informação sobre cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidos pelos membros do Conselho Fiscal consta da sua informação curricular anteriormente apresentada.

O Conselho Fiscal não foi envolvido em qualquer processo de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal não desempenhou outras funções para além das que são estritamente inerentes à atividade do órgão e dos seus membros.

E.Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos determinados.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 23 de abril de 2018, foi eleito como Revisor Oficial de Contas efetivo a sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso, ROC n.º 712, e como suplente a BDO & Associados, S.R.O.C., Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira, ROC n.º 781, para revisão oficial de contas da Metro do Porto, S.A. relativas aos exercícios económicos de 2017 e 2018, de acordo com a recomendação do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A..

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada		
2017-2018	Vogal Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso	183	9077	DUE	23/abr/18	13/jul/12	2	2
2017-2018	Vogal Suplente	BDO & Associados, S.R.O.C., Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	29	20161384	DUE	23/abr/18	13/jul/12	2	2

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

A sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda. completa portanto, com o exercício económico de 2018, o seu segundo ano de funções exercidas na Sociedade enquanto revisor oficial de contas, cumprindo assim com o previsto no nº 2 do artigo 54º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, que determina que o período máximo durante o qual o sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas de entidades de interesse público poderá exercer funções é de 7 anos.

Metro do Porto, S.A.

Nome ROC/FU	Remuneração Anual 2018 (€)
	Bruta
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Hermínio António Paulos Afonso	16.000,00
BDO & Associados, S.R.O.C .. Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa da Fonseca Ferreira	0,00
	16.000,00

A remuneração do serviço prestado pela sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda. enquanto Revisor Oficial de Contas é de 16.000,00 euros relativamente ao exercício económico de 2018. Esta sociedade também exerce a função de Auditor Externo da Sociedade sendo a remuneração auferida por essa função detalhada no ponto G. Auditor Externo

Não ocorreu a prestação de qualquer outro serviço adicional desta sociedade à Metro do Porto, S.A..

F.Conselho Consultivo (caso aplicável)

1.Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)

Não aplicável.

G.Auditor Externo (caso aplicável)

1.Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato determinado.

2.Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

3.Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

4.Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato determinado.

No ano de 2016 foi realizada consulta a três entidades para a prestação dos serviços de auditoria externa por um prazo de três anos e adjudicada a prestação desse serviço à PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC), representada pelo ROC n.º 712 Hermínio António



Metro do Porto, S.A.

Paulos Afonso, ROC. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 9077.

Assim o auditor externo no exercício de 2018 e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções pelo terceiro ano junto da sociedade.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2018 (€)
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10/10/2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	22.400,00

(*) Valor anual contratual a ser ajustado pela taxa de inflação e despesas diretas ainda a determinar.

Não existe na empresa política definida quanto à rotação do auditor externo.

No ano de 2018 procedeu-se ao pagamento à empresa PwC de 37.141 euros relativos a trabalhos de auditoria externa realizada ao exercício de 2017 e 2018 e a serviços de Revisão Oficial de Contas dos mesmos anos, de acordo com o detalhe apresentado:

(valores em euros)

Remuneração paga à PwC (inclui contas individuais e consolidadas)	2017	2018	TOTAL	%
Valor dos serviços de auditoria externa	11.791	7.600	19.391	52%
Valor dos serviços de revisão de contas (ROC)	10.500	7.250	17.750	48%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0	0	0%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	22.291	14.850	37.141	100%

Remuneração paga à PwC (inclui contas individuais e consolidadas), pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	2017	2018	TOTAL	%
Valor dos serviços de auditoria externa	3.053	0	3.053	100%
Valor dos serviços de revisão de contas	0	0	0	0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0	0	0%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	3.053	0	3.053	100%

Nota: Montantes sem IVA

A PwC (auditor externo às contas da MP do exercício de 2018) também foi contratada pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE para realizar os trabalhos da auditoria externa aos exercícios de 2016, 2017 e 2018,

tendo sido pago por essa Entidade, durante o ano de 2018, 3.053 euros relativos a trabalhos de auditoria respeitantes ao exercício de 2017.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

- 1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.*
- 2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.*
- 3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Os Estatutos da Metro do Porto, S.A. foram publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, e sofreram alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, e em Assembleia Geral de 13 de julho de 2012.

Conforme resulta da alínea d) do n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A., é competência da Assembleia Geral deliberar sobre alterações aos mesmos, sendo que essa deliberação só pode ser aprovada com o voto concordante do acionista Estado.

As eventuais irregularidades devem ser comunicadas ao superior hierárquico que as reporta à respetiva chefia e, quando necessário, ao Conselho de Administração para serem tomadas todas as providências no sentido da sua correção, prevenção ou reporte às entidades competentes.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Plano e os relatórios relativos à sua execução em 2010, 2012, 2016 e 2017 estão disponíveis no sítio da Empresa, no endereço <http://www.metrodoporto.pt/pages/328>.

B. Controlo interno e gestão de riscos

- 1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).*
- 2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*
- 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.*
- 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*
- 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*
- 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos), a que a entidade se expõe no exercício da atividade.*

Metro do Porto, S.A.

- 7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.*
- 8. Identificação dos principais elementos do SCl e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.*

1. A Empresa dispõe de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da Empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos.

Anualmente é elaborado o Plano de Atividades e Orçamento, cuja execução é objeto de relatórios mensais de execução analisados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração bem como pelas inspeções setorial e financeira.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da Empresa e emite relatórios trimestrais de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da Empresa por parte dos demais gestores.

A função Administração é supervisionada pelas Tutelas, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e beneficia igualmente do acompanhamento permanente da 3ª Delegação da Direção Geral do Orçamento.

A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada, de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e de processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

A Empresa dispõe, no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, de um Manual de Procedimentos revisto quando considerado conveniente, aprovados por Diretivas da Comissão Executiva e disponível na intranet.

Em 2018, nomeadamente a 23, 24 e 25 de maio, a Metro do Porto, S.A realizou a sua auditoria ao Sistema segundo os novos referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015 e também no âmbito das OSHAS 18001, sendo esta auditoria efetuada pela SGS – ICS - Serviços Internacionais de Certificação, tendo como âmbito a “*Conceção, Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (na qualidade de concedente da subconcessão)*”.



Desta auditoria registaram-se nove oportunidades de melhoria, as quais a Metro do Porto S.A., começou de imediato a analisar e implementar tendo sempre como grande objetivo a melhoria do seu Sistema de Gestão, e respetiva eficácia.

Os estatutos da Empresa são alterados de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e aprovados em Assembleia Geral.

O grosso da atividade de operação e manutenção é subconcessionado através de concurso público internacional, cujas peças procedimentais sempre especificam um detalhado e exaustivo sistema de reporte e fiscalização regular.

2. A gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, coordenada no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, não existindo um órgão específico de gestão e controlo do risco.

O controlo interno assenta nos procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, publicados por Diretiva da Comissão Executiva; além de outros como os que foram escritos para estruturar a preparação das reuniões da Comissão Executiva e a sua sequência (incluindo aspetos ligados ao controlo orçamental e de adjudicações), ou que resultam de deliberações específicas da Comissão Executiva, por exemplo tendentes a assegurar a elaboração de contratos em adjudicações por ajuste direto, a sua notificação aos concorrentes e publicação bem como o registo do compromisso, ou o controlo da execução do Plano de Atividades.

Da macroestrutura organizacional da Metro do Porto, de 4 dezembro de 2017, constam as funções atribuídas aos diversos departamentos entre as quais as referentes a atividades de controlo interno, que de forma integrada e com reporte ao Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva compõem o sistema de controlo interno em vigor na Empresa.

De acordo com a referida diretiva:

Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)

Tem como objeto a realização de todo o processo administrativo da Empresa, nomeadamente a gestão dos aprovisionamentos e serviços gerais, a gestão de processos administrativos respeitantes ao pessoal da Empresa, a negociação e gestão dos contratos de financiamento, a gestão da tesouraria e do património e a contabilidade.

Está também incluída neste departamento a área de Recursos Humanos da Empresa.

Departamento de Exploração (DEX)

Tem como objeto a coordenação e o controlo operacional, a gestão e o controlo de gestão da exploração do Sistema de Metro, em todas as suas dimensões, garantindo nomeadamente o controlo da execução dos



contratos de operação, de exploração de espaços comerciais e de publicidade, e de todos os restantes elementos da cadeia de valor integrada na exploração comercial, sejam ou não objeto de contratualização com entidades terceiras.

Compete também ao Departamento de Exploração assegurar as atividades relacionadas com a seleção, aquisição e manutenção do material circulante a operar na rede do Metro.

O Departamento de Exploração é estruturado em três áreas

- **Transportes**
- **Atividade Comercial**
- **Material Circulante**

Departamento de Infraestruturas (DIN)

Tem como função a realização de todas as atividades relacionadas com a construção de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro e consequentes obras de inserção e compatibilização urbana.

Para o efeito, compete-lhe a organização dos concursos para adjudicação de obras e fornecimentos de equipamentos e a coordenação dos trabalhos de construção.

No caso de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro, compete ainda ao Departamento de Infraestruturas organizar e promover as atividades da respetiva manutenção, tanto preventiva como corretiva.

No caso de obras de inserção e compatibilização urbana, compete ao Departamento de Infraestruturas a realização dos respetivos projetos.

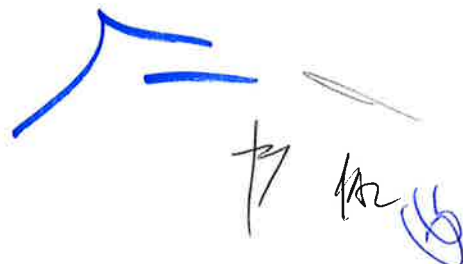
Em todos os casos das obras de construção de infraestruturas ou de inserção e compatibilização urbana, compete ainda ao Departamento de Infraestruturas promover a realização de todos os respetivos projetos de execução e assegurar os respetivos processos de revisão.

O Departamento de Infraestruturas é estruturado em três áreas:

- **Gestão da Manutenção**
- **Fiscalização da Manutenção**
- **Gestão da Construção**

Departamento de Sistemas Técnicos (DST)

Tem como objeto a gestão dos Sistemas de Energia, Sistemas Eletromecânicos Auxiliares, Sistemas de Apoio à Exploração (SAE) e Sistema de Sinalização.



No exercício da sua atividade, o Departamento promove e coordena todos os processos de definição técnica e tecnológica, *procurement*, aquisição e instalação das áreas da sua responsabilidade.

O Departamento de Sistemas Técnicos assegura ainda as atividades de gestão e supervisão da operação e manutenção destes Sistemas, incluindo as atividades de Manutenção propriamente ditas, bem como a análise da obsolescência técnica e tecnológica.

O Departamento de Sistemas Técnicos é estruturado em cinco áreas:

- **Energia**
- **Sistemas Eletromecânicos Auxiliares**
- **Sistema de Ajuda à Exploração (SAE)**
- **Sinalização**
- **Manutenção**

Gabinete de Ambiente, Segurança e Qualidade (GASQ)

Tem como objeto a definição e implementação dos requisitos de qualidade, ambiente e segurança, nas suas componentes de *safety* e *security*, tanto nas atividades de projeto, construção e instalação da infraestrutura, de equipamentos e sistemas, como nas atividades de operação e manutenção do Sistema de Metro, neste último caso, em devida salvaguarda das responsabilidades contratualmente cometidas à Subconcessionária.

Compete ainda a este Gabinete a promoção das condições de segurança e saúde no trabalho, em toda a Empresa.

Gabinete de Apoio ao Cliente (GAC)

Tem como objeto a gestão e fiscalização do dispositivo de Apoio ao Cliente da Empresa e da Subconcessionária, bem como a gestão e fiscalização da manutenção da sinalética e informação aos clientes, existente na infraestrutura e no material circulante.

É ainda da responsabilidade deste Gabinete a elaboração dos Planos de Marketing, campanhas de sensibilização e promoção da Empresa, Inquéritos de Satisfação ao Cliente e todas as vertentes de apoio aos Clientes, nomeadamente, Manual de Sinalética e Informação aos Clientes, Gestão de Reclamações, fiscalização dos títulos de transporte utilizados pelos Clientes, o tratamento administrativo dos autos e a gestão de todas as reclamações relacionadas com o serviço prestado. Até julho de 2018 este Gabinete assumirá a gestão do contrato de concessão do Funicular dos Guindais.

Gabinete de Comunicação (GCM)

Tem como objeto a coordenação de toda a comunicação com o exterior, a gestão de todos os problemas emergentes de impactos das obras de construção do Sistema e a gestão das relações com a Comunicação Social.

Gabinete Jurídico (GJU)

Tem como objeto a gestão de todos os processos internos da Empresa com implicações jurídico-legais decorrentes das decisões dos órgãos sociais aos quais presta assessoria, cabendo-lhe ainda, nomeadamente, a preparação e gestão de todos os procedimentos pré-contratuais até à sua conclusão, a gestão de processos expropriativos, o acompanhamento de auditorias e de resposta aos relatórios destas, e a elaboração de pareceres jurídicos relacionados com a atividade da empresa e dos seus colaboradores.

Adicionalmente, o Gabinete Jurídico assume todas as tarefas relacionadas com o contencioso contratual, judicial, extrajudicial e contraordenacional resultante da atividade da empresa, representando-a nas respetivas instâncias, com preparação de peças processuais e intervenções nos Tribunais Administrativos e Fiscais, Criminais, Cíveis, Laborais, Tribunais Arbitrais e Juizado de Paz.

O Gabinete Jurídico presta ainda serviços de assessoria/consultadoria jurídica e patrocínio judiciário/contencioso a entidades terceiras.

Gabinete de Organização e Sistemas de Informação (GSI)

Tem como objeto assegurar todas as atividades inerentes à organização e ao tratamento da informação na Empresa, nomeadamente promovendo as soluções de organização e procedimentos a implementar, e as ações de reorganização, automatizações e integrações tornadas necessárias para tirar o adequado partido de todos os recursos de informação disponíveis.

Compete assim ao Gabinete de Organização e Sistemas de Informação conceber e gerir o Sistema de Informação de Apoio à Gestão e Controlo, o Sistema de Informação de Apoio à Exploração, a Organização, Procedimentos e Gestão Documental, as Tecnologias e Equipamentos de Telecomunicações

Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão (GPC)

Tem como objeto o planeamento económico e financeiro da Empresa, a informação e controlo de gestão, a avaliação económica - financeira de novos projetos, a gestão das operações de co-financiamento comunitário, a coordenação de processos de submissão de novos projetos ao Governo, e a coordenação de toda a informação a prestar aos Acionistas, aos Reguladores e ao Governo.

Gabinete de Projetos (GPR)

Tem como objeto a realização de estudos relativos ao desenvolvimento da rede do Metro do Porto, bem como a promoção de todas as análises que devam constituir suporte de fundamentação das soluções de desenvolvimento em análise.

Compete também ao Gabinete de Projetos assegurar a realização de todos os projetos de construção de novas Linhas e Interfaces e de instalação de equipamentos fixos em que venha a concretizar-se o desenvolvimento da rede.



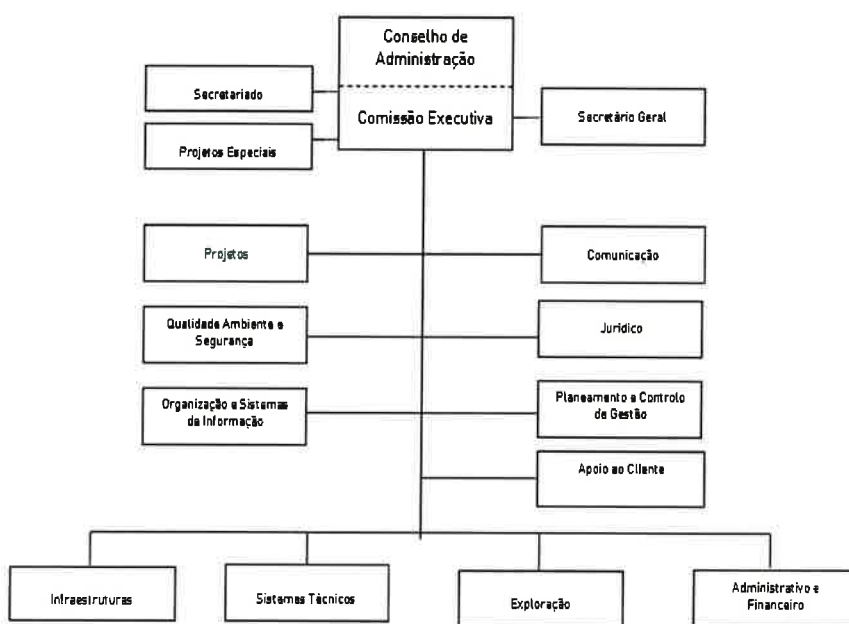
Finalmente, compete ao Gabinete de Projetos a preparação de todos os processos de proposta de novos projetos a submeter ao Conselho de Administração e ao Governo, em articulação com o Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão da Empresa.

Gabinete de Projetos Especiais (GPE)

Tem como objeto o desenvolvimento e coordenação de todos os projetos que pelas suas características e especificidade não sejam diretamente enquadráveis no objeto dos outros Departamentos ou Gabinetes da Metro do Porto, S.A..

3. A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada. O serviço de transporte de passageiros é subconcessionado através de concursos públicos internacionais, pelo que as principais medidas adotadas nesta matéria são as que constam dos Caderno de Encargos desses concursos e dos contratos subsequentes, resumidas no ponto anterior. A Empresa dispõe de uma política de risco e de um plano global de gestão de riscos consubstanciado nas medidas, planos e relatórios já anteriormente referidos.

4. Como referido em 2., a gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, sendo o organograma da Sociedade o seguinte:



5. As áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão assinaladas no ponto 2.

6. Os principais riscos a que a sociedade está sujeita são os seguintes:

a. Económicos: redução da procura dos serviços de transporte público prestados pela Empresa em virtude do processo de ajustamento económico-financeiro do país, por via dos aumentos tarifários, da redução das participações sociais no tarifário, da redução da qualidade de serviço seja por redução da oferta seja por degradação do desempenho da infraestrutura, equipamentos ou material circulante; greves; redução de receita por via da fraude.

b. Financeiros: variação das taxas de juros, insuficiente aporte de fundos não reembolsáveis e/ou dificuldade de refinanciamento da dívida da Empresa.

c. Operacionais: acidentes relacionados com a circulação de veículos ou com a infraestrutura e equipamentos utilizados, degradação ou imparidade funcional de infraestrutura, equipamentos ou material circulante utilizado, terrorismo, interrupção do fornecimento de energia elétrica, greves, riscos de integridade dos sistemas de informação/documentais utilizados, colapso do subconcessionário de operação e manutenção.

d. Tecnológicos: obsolescência de equipamentos e/ou sistemas, emergência de tecnologias alternativas de transporte de pessoas.

e. Jurídicos: alterações legislativas, litigância no âmbito do contrato de subconcessão.

7. A Empresa segue um processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos adaptado à sua realidade concreta:

- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a condições de segurança da exploração do transporte ferroviário coletivo regular de passageiros.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a fiscalização da utilização de títulos de transporte pelos clientes.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Adicionalmente, merece referência que:

- A Empresa dispõe de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança.
- A Empresa dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
- A Empresa dispõe de um Código de Ética.
- A Empresa dispõe de um procedimento de avaliação de fornecedores.

8. A Empresa dispõe devidamente segregadas as funções de elaboração de contas e relato financeiro das funções de controlo de gestão. Paralelamente a Empresa reporta mensalmente ao ROC e ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras e os relatórios de informação de gestão. Conforme disposto na legislação em vigor, a Empresa reporta mensal e exaustivamente às tutelas sectorial, financeira e outros organismos informação financeira (nomeadamente a constantes da tabela seguinte) e da atividade operacional da Empresa.



ENTIDADE	TEMA	INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE
DGO	SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 - Receita + Mapas Alterações orçamentais R/D + PA	MENSAL
DGO	SOL	Empréstimos e outras operações activas concedidas	MENSAL
DGO	SIGO	Pagamentos em Atraso	MENSAL
INE	WEBINQ	IVNES - Informação sobre Volume de Negócios	MENSAL
UNILEO	SIGFinP	Transição SNC-AP MP+MPC	MENSAL
MP	MAIL	Execução orçamental - Comissão executiva	MENSAL
DGO	SOL	Encargos com as valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018 - MP	MENSAL
UTAP	MAIL	Fluxos Financeiros Ocorridos + Justificações para as Variações Ocorridas (fluxos financeiros)	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC / DFC Previsional ajustada	MENSAL
MP	SITE MP	Lista das adjudicações com base nas FC e acima dos 2.500€ + ATUALIZAÇÃO INPUT CE	MENSAL
INE	WEBINQ	ITTM - Inquérito Trimestral ao Transporte por Metropolitano	MENSAL
DGO	SIGO	Despesas com Pessoal	MENSAL
INE	WEBINQ	INTRASTAT	MENSAL

Metro do Porto, S.A.

SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal de informação sobre Rescisões, Requalificação e Aposentações	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal da evolução de efetivos e custos	MENSAL
DGO	SOL	Previsão Receita Própria, Previsão despesa	MENSAL
DGO	SOL	Fundos Disponíveis	MENSAL
MP	INTRANET	IG, IPG, RT, RC, RS, SCEP, PA, FD	MENSAL
ME	SOR	Análise de Actividade e Recursos Humanos	MENSAL
MAOTE	MAOTE	EBITDA	MENSAL
BdP	COPE	Operações com o exterior	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas Vencidas e PROC - ver se PMP > 60, necessário publicar dívidas no site.	MENSAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Encerramento da execução física do investimento	MENSAL
UTAP	MAIL	Principais Eventos Ocorridos (novos investimentos; alterações contratos; etc.) + Informação/Atualização relatinete a Litígios/Pedidos de REF em Curso	TRIMESTRAL
MP	MAIL	Relatório de Atividades	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SCEP	Encargos Plurianuais - Execução financeira	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de Documentos	TRIMESTRAL

Metro do Porto, S.A.

ME	SOR	Demonstrações Financeiras / Análise de Investimentos	TRIMESTRAL
INE	WEBINQ - TIP	ITENF - Informação das Demonstrações de Resultado	TRIMESTRAL
INE	CTAP	Balancete acumulado do Trimestre	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	TRIMESTRAL
DGO	MAIL	Relatório de Execução Orçamental (RCF)	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	UTE - Banca Comercial	TRIMESTRAL
MP	SITE MP	Publicação no site da empresa das dívidas a fornecedores - só quando PMP>60 dias	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Necessidades de Financiamento, Financiamento Existente, Serviço da Dívida, Vendas, Plano de Investimento e Financiamento, Plano de Investimento e Financiamento Plurianual, Redução de Custos	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - FPC, SNC, UTE	TRIMESTRAL
CF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira + DF trimestral + Balancete	TRIMESTRAL
IGF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira	TRIMESTRAL
IMT	MAIL	IG mensal enviada trimestralmente - operacional e financeira	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Balancete Analítico	TRIMESTRAL
DGTF	MAIL	Investimento/cobertura financeira 2018	TRIMESTRAL
UTAP	MAIL	Informação Relativa à Procura Registada + Informação Relativa ao Montante de Investimento Realizado pelo Parceiro Privado	ANUAL
MP/SIQAS	MAIL	Lista de contratos para avaliação de fornecedores	ANUAL

Metro do Porto, S.A.

DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução Endividamento, DACP, Indicadores RH e Actividade, Passivo Remunerado, Benefícios	ANUAL
DGO	SOL	Deslocações em território nacional e estrangeiro	ANUAL
DGO	SOL	Declarações de compromissos plurianuais, recebimentos e pagamentos em atraso (DGO+SITE+RC)	ANUAL
TC	MAIL	Património Financeiro Público - Modelo 1 e Modelo 2	ANUAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento	ANUAL
INE	WEBINQ	IUTICE - Inquérito Anual às Tecnologias de Comunicação e Informação	ANUAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas	ANUAL
DGO	MAIL	Bal/DR/DFC/ABDR/RelatórioCF	ANUAL
DGO	SOL	Conta de Gerência + Pagamentos em atraso	ANUAL
DGO	SOL	Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso	ANUAL
DGO	SOL/SOLICITAÇÕES	Pedido de Transição de Saldos	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MP Consolidadas	ANUAL
INE	WEBINQ	IATM - Inquérito Anual ao Transporte por Metropolitano	ANUAL
TC	MAIL	Dívida não financeira - Preenchimento de formulário	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsões SNC, DFC, Gastos Operacionais; Doc IPG, Parecer CF, Pedidos de Dispensa.	ANUAL

DGO	SOL	Balancete e DF Previsionais Anuais e Orçamento - MP	ANUAL
DGO	SIGOS/SCEP	Encargos Plurianuais - MP	PERMANENTE

A Empresa está sujeita a inspeções e fiscalizações externas nomeadamente da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, bem como no caso deste Tribunal ao regime de fiscalização prévia.

A empresa consta na lista de Entidades de Interesse Público pelo que em conjunto com as entidades que a fiscalizam está sujeita a obrigações de reporte específicas.

As contas anuais, os Relatórios de Gestão, os relatórios de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Atividade e Orçamento e a informação mensal de gestão de natureza operacional são publicados no sítio da Empresa.

C.Regulamentos e Códigos

1.Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.

2.Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE).

3.Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE).

São aplicáveis à Metro do Porto os seguintes regulamentos internos e externos a que a Empresa está legalmente obrigada e que decorrem da sua atividade (<http://www.metrodoporto.pt/pages/355>):

- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas);



- Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Lei n.º 28/2006, de 4 de julho (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas);
- Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro (Estatuto do Gestor Público);
- Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho (Segurança Ferroviária);
- Regulamento 1370/2007 de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho cuja aplicação respeita a contratos de serviço público que assumam a forma de contratos de concessão de serviços, especialmente no setor de transportes;
- Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007 (obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril;
- Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro (Bases da Concessão e Estatutos da MP);
- Decreto-Lei n.º 18/2008 que aprovou o Código da Contratação Pública e respetiva legislação regulamentar;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Medidas adicionais de consolidação orçamental - PEC);
- Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro (Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015);
- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro (Grande Opções do Plano para 2012-2015);
- Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro (estratégia e procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental 2012-2015);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro (critérios de vencimento dos gestores públicos)
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Lei dos Compromissos
- Decreto-Lei. n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo aos pagamentos em atraso
- Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 agosto, que prevê a atribuição ao Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. de um mandato para a gestão da carteira de derivados financeiros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 18 de junho
- Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão
- Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (Novo Regime do SEE)
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro - redução remuneratória
- Leis de Orçamento de Estado/Leis de Enquadramento Orçamental/Leis de Execução Orçamental.

- Regulamento EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

Nos Relatórios e Contas da sociedade estão disponíveis informações mais detalhadas sobre este tema.

A Empresa possui um código de ética, aprovado a 26 de março de 2009 não tendo sofrido alterações desde essa data. Encontra-se disponível na Intranet da Empresa (meio primordial para divulgação junto dos colaboradores), bem como no *síte* institucional da Metro do Porto (para as restantes partes interessadas) através do link: <http://www.metrodoporto.pt/pages/323>.

O Código de Ética em vigor estabelece um conjunto de valores, princípios orientadores do relacionamento com as partes interessadas e ainda normas de conduta individuais que, de um modo geral, permitem garantir um tratamento equitativo junto de todas as partes interessadas.

A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. Quanto ao cargo de provedor do cliente, foi a Empresa informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, que chamou a si a sua criação.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Plano e os relatórios relativos à sua execução nos anos de 2010, 2012, 2016 e 2017 estão disponíveis no *sítio* da Empresa (<http://www.metrodoporto.pt/pages/328>). Não foi ainda produzido o relatório anual referente ao exercício de 2018.

Não foi elaborado Relatório Identificativo das Ocorrências ou Risco de Ocorrências.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:

- a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*
- b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*
- c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*
- d) Orçamento anual e plurianual;*
- e) Documentos anuais de prestação de contas;*
- f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*



Metro do Porto, S.A.

2.Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).

A informação prevista nos artigos 44.º e 45º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é disponibilizada no sítio de internet da empresa bem como nas plataformas da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

Os empréstimos contraídos pela Nortrem para aquisição dos veículos beneficiam de fiança da Metro do Porto, tendo sido prestada garantia pessoal do Estado à fiança assumida pela Metro do Porto. No caso da Metro do Porto Consultoria, as necessidades financeiras desta entidade são asseguradas por verbas cedidas pela Metro do Porto.

Relativamente aos objetivos fixados, essa informação consta do ponto 6.3.1 do Relatório e Contas e do Capítulo II deste Relatório. Os Planos de Atividade e Orçamento são publicados no *síte* da Empresa, sendo também aí publicada informação de desempenho mensal e os Relatórios dos Órgãos de Fiscalização.

E.Sítio na Internet

1.Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):

a)Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

b)Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

c)Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

d)Documentos de prestação de contas anuais, caso aplicável, semestrais;

e)Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

f)Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Toda a informação relevante sobre o governo da sociedade, elementos de prestação de contas, modelo de financiamento e apoios recebidos do Estado, bem como do desempenho mensal da sociedade em termos operacionais e obrigações de serviço público, é apresentada na página de internet em www.metrodoporto.pt, nomeadamente:

Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/346>

Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>



Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/320>

<http://www.metrodoporto.pt/pages/354>

Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/338>

Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).*

2. *Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência do seguinte:*

- a) que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*
- b) que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*
- c) que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*

Contrato de Serviço Público

Por iniciativa da Metro do Porto, e na sequência de uma apresentação informal em julho de 2002, foi submetida em setembro de 2002 uma primeira proposta formal de contrato programa, para cumprimento do disposto nas Bases de Concessão do projeto, de acordo com a sua formulação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro. Esta proposta veio a ser reformulada ainda em 2002.

Em cumprimento da recomendação constante do relatório de Auditoria Técnico-Financeira à Metro do Porto elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças de 14 de junho de 2004, segundo a qual caberia à Metro do Porto "apresentar em 2005 ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, uma proposta sobre as obrigações de serviço público e respetivo financiamento", a Metro do Porto remeteu em dezembro de 2005 nova proposta de contrato programa.

Metro do Porto, S.A.

As novas Bases de Concessão do projeto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, introduzindo alterações à figura do contrato programa e ao prazo da sua celebração, reforçaram a sua necessidade, estando previsto no n.º 1 da Base XV que *"O Estado prestará à concessionária compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral, devendo estas ser objeto de contratos-programa ou contratos de serviço público"*.

Foi assim assinado em 8 de agosto de 2014 um Contrato de Serviço Público entre o Estado e a Empresa, que perduraria até 31 de dezembro de 2024 e entraria em vigor no primeiro dia útil seguinte à data em que o Estado comunicasse por escrito à Metro do Porto a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ou à confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não ser necessária a obtenção do visto.

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da Metro do Porto, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais.

Em 10 de Dezembro de 2014 foi assinado um aditamento a esse Contrato de Serviço Público, através do qual a data de entrada em vigor passou a ser 1 de Janeiro de 2015. Este aditamento introduz uma disposição segundo a qual, verificando-se uma alteração substancial dos pressupostos do contrato, se procederá a uma revisão da estipulada inexistência de compensações financeiras.

Segundo informação da tutela, o Tribunal de Contas comunicou em 26 de Dezembro de 2014 que este contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia.

De forma a adequar o Contrato de Serviço Público à nova subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto foi durante os anos de 2017 e 2018 integralmente revisto o CSP assinado em 2014, aguardando-se a sua formalização junto da Tutela Financeira.

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2018.



VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

A competência para a fixação das remunerações dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral (Estatuto do Gestor Público)
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	Assembleia Geral (Estatuto do Gestor Público)
Remuneração dos dirigentes	Outra - Conselho de Administração (Código do Trabalho)

Os membros dos Órgãos Sociais declaram ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como ao Tribunal Constitucional, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Tal como previsto nas instruções emanadas da DGTF, é apresentado em anexo a este relatório declaração dos membros dos órgãos sociais declarativa desta situação, bem como comprovativo da sua receção pela Inspeção Geral de Finanças.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Na Sociedade já existiu uma Comissão de Fixação de Remunerações que terminou funções em 2012. Hoje as remunerações são fixadas por despacho conjunto das tutelas financeira e setorial que as propõem à aprovação da Assembleia Geral.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.

Metro do Porto, S.A.

3.Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

4.Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

5.Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

6.Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidas pelos acionistas e a situação do mercado.

No contexto da vigência do Programa e Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no DR 1.ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A definição da política de remuneração consistente com uma eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado terá sido adotada no despacho de 25 de janeiro de 2016 do Ministério das Finanças e da Economia e Emprego que propôs a fixação da remuneração para todos os órgãos sociais da sociedade que veio a ser aprovada na Assembleia Geral de 25 de janeiro de 2016.

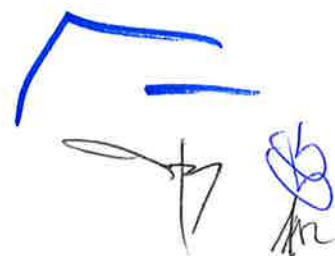
Neste contexto, verifica-se uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa e à situação de dificuldade económica e financeira nacional e assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

Não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não será proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2018.

No ano de 2018 foi aplicada a redução prevista no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que "A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%".

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.



D.Divulgação das Remunerações

1.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos determinados.

2.Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3.Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

4.Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

5.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

6.Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Conforme instruções constantes do Ofício-Circular n.º 1116/19, de 12 de março, a Direção-Geral de Tesouro e Finanças, são detalhadas no Relatório e Contas de 2018 da Metro do Porto as remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Empresa. Mais concretamente, esta informação é apresentada na Nota 23.7 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados. É de notar que a todas as remunerações aí referidas são aplicadas as reduções legalmente previstas.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	Sim	Empresa do Grupo B	4.864,34	1.945,74
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3.891,47	1.556,59
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
António Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Jorge Moreno Delgado	91.449,50	4.718,58	96.168,08	4.572,42	91.595,66
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	73.159,70	4.006,19	77.165,89	3.657,98	73.507,91
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	12.943,08	0,00	12.943,08	643,72	12.299,36
António Domingos da Silva Tiago	0,00	0,00	0,00		0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	0,00	0,00	0,00		0,00
			186.277,05	8.874,12	177.402,93

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	6,41	1.410,20	CGA	21.586,89	1.045,26	0,00	Seguro A.T.	633,86
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	6,41	1.442,25	Seg. Social	17.409,83	824,76	0,00	Seguro A.T	513,31
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	n.a	0,00	Seg. Social	2.921,06	0,00	0,00	Seguro A.T	84,46
António Domingos da Silva Tiago	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0,00	n.a	0,00	0,00	0,00	n.a	0,00
		2.852,45		41.917,78	1.870,02	0,00		1.231,63

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual (€)		
	Bruto	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	19.068,14	0,00	19.068,14
Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	14.765,46	0,00	14.765,46
António Maria da Silva Caetano	14.533,30	0,00	14.533,30
Ricardo Inácio Veloso Zamith de Passos	0,00	0,00	0,00
			48.366,90

Metro do Porto, S.A.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto
(Início - Fim)				Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro	575,00	0,00
2016-2018	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	940,00
2016-2018	Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	375,00	750,00
				1.690,00

Relativamente a montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum; participação nos lucros e prémios e indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções no exercício, não existiram.

Não foram pagos quaisquer montantes sobre a forma de participação de lucros e/ou pagamento de prémios, nem foram pagas ou são devidas indemnizações a ex-administradores executivos.



VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Nas Notas às Demonstrações Financeiras presente no Relatório e Contas do exercício consta informação relativa ao teor e valor das transações efetuadas com acionistas e partes relacionadas, bem como com empresas associadas, que reproduzimos abaixo. Para efeitos de controlo, todas as transações com as partes relacionadas são realizadas tendo como suporte um regulamento legal, contrato, protocolo, nota de encomenda ou deliberação da administração.

Acionistas e partes relacionadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	31.12.2018	31.12.2017
Prestação Serviços		
Estado (DGTF)	3 220 003	3 098 343
STCP	45 177	68 766
	3.265.180	3 167 109
Aquisição de Serviços		
Estado (DGTF)	1.258.195	1 355 016
STCP	55.333	164 180
CP - Comboios de Portugal	13.317	14 793
Estado (IGCP)	1.384	2 615
	1.328.229	1 536 605
Juros suportados		
Estado-DGTF (nota 7.1)	43 535 805	44 182 436
Financiamentos obtidos (líquido)		
Estado-DGTF (nota 18.7)	248.999.531	368 156 238
	292.535.336	412 338 674
Gastos incorridos transferidos		
STCP	0	4 625
	0	4 625

Associadas/Subsidiárias:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com entidades associadas:

	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	44.713.359	43 407 911
Transpublicidade, S.A.	281.753	229 429
	44.995.112	43 637 340
Aquisição de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	2.657.241	2 231 493
	2.657.241	2 231 493
Gastos incorridos transferidos		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	31.713	72 524
Transpublicidade, S.A.	74.187	83 204
	105.900	155 728

Conforme referido no ponto VI.C, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, o qual prevê mecanismos de controlo e implementação de procedimentos para garantir a tomada de decisões observando critérios objetivos, transparentes e imparciais, garantindo o seu alinhamento com o Código de Ética, nomeadamente a centralização de toda e qualquer decisão na Comissão Executiva (até 500 mil euros) e no Conselho de Administração.

No que respeita a transações com partes não relacionadas, a Metro do Porto seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos no ano de 2018 (no caso de esta percentagem ultrapassar 1.000.000 euros) são a ViaPorto - Operação e Manut. de Trans., Unip., Lda, a Prometro, S.A. e a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A..

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias relacionadas com processos judiciais em curso:

Metro do Porto, S.A.

Beneficiário	Objeto	31.12.2018	31.12.2017
Tribunal do Porto	Processos Expropriativos	825 128	850.513
Tribunal de Vila do Conde	Processos Expropriativos	192 852	202.123
Tribunal de Gondomar	Processos Expropriativos	175 482	175 482
Tribunal da Maia	Processos Expropriativos	54 636	54 636
Tribunal de Vila Nova de Gaia	Processos Expropriativos	48 113	48 113
Tribunal de Matosinhos	Processos Expropriativos	5 788	5.788
		1 301 999	1.499.302

Para além destas garantias e conforme detalhado na nota 18.7 do ABDR foram garantidos pela República Portuguesa (i) as obrigações da Metro do Porto enquanto fiadora do Nortrem, ACE no contrato de financiamento subjacente à operação de *sale and lease back* denominada "Locação Estruturada Portuguesa", no montante de 250 milhões de euros; e (ii) o financiamento contraído junto do BEI no montante total de 803,7 milhões de euros. No âmbito das estruturas financeiras de *US Cross Border Lease – Pickle Lease Service Contract* a Metro do Porto também assumiu um conjunto de *covenants*, nomeadamente relativas a cláusulas de *ownership* e alteração do *rating* de crédito da República Portuguesa, bem como obrigações quanto à estrutura *defeased*.

Encontra-se em revisão a estrutura de garantias a prestar no âmbito dos contratos de financiamento.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

- a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);*
- b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);*
- c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);*
- d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;*
- e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);*
- f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).*

Anualmente é efetuada pela Administração a revisão do Sistema Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, sendo avaliados os graus de cumprimento dos objetivos e metas definidos para cada um dos processos em que se divide a atividade da Metro do Porto. Com base no grau de cumprimento dos indicadores utilizados para avaliar os objetivos e metas são definidas as medidas a implementar no sentido de melhorar, se necessário, o desempenho dos diferentes processos.

O Orçamento para 2018 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Metro do Porto, S.A.

Real 2018	Meta 2018	
321,4	308,1	PASSAGEIROS KM (M)
1.670,1	1.608,6	LUGARES KM (M)
19,2%	19,2%	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
126,9%	110,1%	TAXA DE COBERTURA [%]

Atingiu-se em 2018 uma taxa de cobertura média anual da operação do Sistema de 126,9%, 9,0 pp acima do valor registado em 2017 e novamente superior a 100%. As Vendas e Prestações de Serviço não incluem Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte público assegurado (que em 2018 não existiram), mas incluem as comparticipações do Estado no âmbito do tarifário social Andante, estas últimas apuradas com base nas taxas de comparticipação efetivamente pagas.

A conta de exploração do Funicular dos Guindais evidencia, em 2018, mais uma notável melhoria de 486 mil euros.

(valores em milhares de euros)				
Exploração Funicular	2016	2017	2018	18/17
Vendas e Prestações de Serviço	968	1.153	1.248	8,2%
Custo Vendas e Prest. Serviço	780	766	762	-0,5%
Margem Bruta	188	387	486	25,4%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>124,1%</i>	<i>150,6%</i>	<i>163,7%</i>	<i>13,1 pp</i>

Se alargarmos o âmbito de análise e monitorizarmos a taxa de cobertura global da Metro do Porto, que incorpora na análise uma série de custos de estrutura e correntes (incluindo prestações de serviços associadas à atividade de construção mas excluindo serviços prestados no âmbito de operações financeiras), verifica-se que a taxa de cobertura global apresenta em 2018 um aumento de 2,6pp, ascendendo a um valor de 95,5% e um gap global de 2,4 milhões de euros (1,2 milhões de euros melhor que 2017).). Tal evolução resulta, principalmente, do acréscimo de rendimentos que varia significativamente no que respeita a coimas e proveitos suplementares, mas que em termos de volume ganha expressão os rendimentos associados à bilhética do Sistema de Metro e Funicular dos Guindais. Do lado dos gastos existe uma subida associada ao custo com a Subconcessão e Outras Despesas Correntes, parcialmente compensada pela redução com as Comissões TIP, Vigilância e Segurança e Conservação e Reparação.

Metro do Porto, S.A.

	(valores em milhares de euros)			
	2016	2017	2018	18/17
GASTOS				
Subconcessão Operação e Manutenção	34.217	35.150	36.676	4,3%
Funicular	786	741	819	10,4%
Comissões TIP	1.851	1.978	1.859	-6,0%
Vigilância e Segurança	1.103	1.076	715	-33,6%
Conservação e Reparação	1.753	5.892	5.434	-7,8%
Pessoal (sem rescisões)	4.322	4.358	4.543	4,2%
Outras despesas Correntes	1.286	2.716	3.741	37,8%
Subtotal	45.317	51.911	53.787	3,6%
RENDIMENTOS				
Sistema de Metro / Funicular	42.932	46.700	49.492	6,0%
Proveitos suplementares	841	1.543	1.809	17,2%
Coimas	65	22	81	259,3%
Subtotal	43.837	48.265	51.382	6,5%
Taxa de Cobertura Global	96,7%	93,0%	95,5%	2,6 pp
GAP	-1.480	-3.646	-2.405	34,0%

Esta análise encontra-se desenvolvida nos pontos 7.4 e 7.5 do Relatório de Gestão de 2018.

Na Metro do Porto, S.A. existe um Sistema de Gestão Integrado certificado em Qualidade Ambiente e Segurança. Sendo assumido pela Metro do Porto, S.A. através das bases de concessão o compromisso de conceber e explorar, através de subconcessão, o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, adequado às expectativas e necessidades de mobilidade e acessibilidade da região, a certificação do sistema de gestão integrado constitui-se como uma das ferramentas para que essa missão seja executada respeitando os mais elevados padrões de qualidade, ambiente e segurança.

De forma a garantir a eficiência social e ambiental, salvaguardando as normas de qualidade, ambiente e segurança, foram definidas as seguintes linhas de orientação:

- identificar e responder as reais necessidades, atuais e futuras, de mobilidade da Área Metropolitana do Porto;
- assegurar o cumprimento dos requisitos legais e demais normas aplicáveis aos produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela organização em matéria de Ambiente e de Segurança e Saúde no trabalho;
- assegurar o cumprimento dos requisitos do sistema integrado, de acordo com os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP4397/OSHAS1800;
- assegurar a melhoria continua do desempenho do sistema integrado e dos processos, através da otimização de recursos e tecnologias e de um planeamento eficaz;
- manter um serviço eficiente, de forma regular e contínuo, de acordo com os horários pré-estabelecidos e anunciados junto do público;
- assegurar a melhoria continua do desempenho ambiental, através da identificação e controlo dos aspetos ambientais associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso da prevenção da poluição no âmbito do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto;

- assegurar a melhoria continua das condições de segurança e saúde no trabalho, através da identificação e controlo dos riscos associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso de prevenção das lesões e afeções da saúde.

O Plano de Igualdade foi aprovado mas ainda não ocorreu a sua implementação. O relatório previsto no n.º 2 da RCM 18/2014 está em elaboração prevendo-se a sua divulgação durante o ano de 2019.

A Metro do Porto aposta na formação e desenvolvimento contínuo dos seus Colaboradores, numa diversidade de áreas, das quais em 2018 se salienta o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), o software de Gestão Integrado Primavera, o Software BIM e a área Comportamental. No ano de 2018, o número de colaboradores que usufruíram de formação aumentou para 101 e verificou-se um ligeiro aumento no número de horas de formação.

A rapidez mantém-se como ponto forte mais destacado pelos clientes do Metro do Porto, de acordo com o Estudo de Satisfação realizado em 2018 por empresa independente e especializada e o qual abrangeu um total de 1.639 passageiros inquiridos entre 23 e 29 de novembro de 2018. A segurança continua a ser apontada como principal ponto a melhorar, seguida do aumento da oferta.


Relativamente à qualidade de serviço percebida, o índice de satisfação global em 2018 manteve-se elevado (82,7%). Para a satisfação dos clientes contribuíram fatores como a Qualidade de Serviço Percebida (80,3%), e a Lealdade (93,2%), influenciada ainda pela Imagem Social da Empresa/Serviço (93,9%).

O Perfil do Cliente define-se por uma maioria do sexo feminino (63%) e pela predominância da faixa etária entre os 16-24 anos (41,8%). Cerca de 30,6% dos inquiridos residem no Porto e 19,4% em Vila Nova de Gaia.

Sem prejuízo de o Relatório de Sustentabilidade relativo a 2018 descrever o que de mais relevante aconteceu no último ano aos níveis ambiental, social e económico, expõe-se de seguida uma síntese.



No que diz respeito às emissões, sendo as frotas Eurotram e Tram Train movidas a eletricidade, não existem emissões diretas associadas à tração. Contudo, existem emissões indiretas, já que parte da energia elétrica consumida advém dos combustíveis fósseis presente no mix energético nacional. As emissões indiretas resultado do consumo de energia pelos veículos de Metro totalizaram 12,4 mil toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente), 7,2% acima do verificado em 2017. Esse aumento deve-se, essencialmente, ao aumento do fator de emissão de CO₂e por kwh. O fator de emissão usado, conforme melhor explicado no Relatório de Sustentabilidade, considera uma média dos últimos cinco anos do quociente entre as emissões nacionais decorrentes do consumo de energia e o respetivo consumo, sendo que o último ano disponível a contribuir para a média é 2016. De notar, que apesar de o fator de emissão ter diminuído em 2016, a média dos últimos 5 anos, resulta num aumento de 1,6% face a 2017.

O consumo de energia de tração aumentou 5,5%, de 38.632 milhares para 40.756 milhares de kwh em 2018. Contudo, verificou-se um aumento da produção de veículos km totais (comerciais e não comerciais) em cerca de 4%. No que respeita às poupanças de emissões para a atmosfera, estas são calculadas tendo em conta a

Handwritten signature in blue ink, possibly 'mcb', with a large blue checkmark or stylized 'L' shape next to it.

Metro do Porto, S.A.

utilização alternativa ao Metro, ou seja, estimando-se o nível de emissões que resultaria das mesmas deslocações em transportes substitutos caso não existisse Metro (transporte individual, coletivo e não motorizado). Estimou-se para 2018 uma poupança de 63,8 mil toneladas de CO₂e que, descontadas das emissões associadas à tração, geram um benefício líquido para a atmosfera de 51,4 mil toneladas de CO₂e. Em termos económicos, os benefícios ambientais correspondem a um valor aproximado de 388 mil euros no ano de 2018. Por sua vez, os benefícios sociais decorrentes da estimativa de ganhos de tempo e da redução da pressão sobre o estacionamento ascendem a 172 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente. De destacar, ainda, o impacto no mercado de trabalho de todas as atividades realizadas no Metro do Porto, seja na operação, manutenção, vigilância, empreitadas ou administrativos. Estima-se que em 2018 foram criados e/ou mantidos (direta e indiretamente) 914 postos de trabalho. Cerca de 80% correspondem a recursos humanos da empresa Operadora e seus subcontratados, seguindo-se, os colaboradores da empresa Metro do Porto e os elementos respeitantes a contratos diretamente geridos pela Metro do Porto.



X.Avaliação do Governo Societário

1.Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

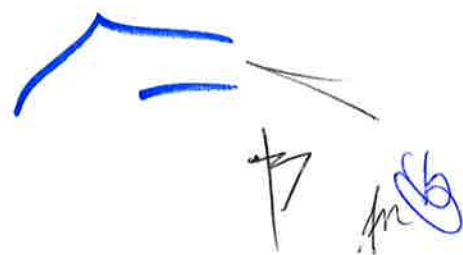
2.Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Na Assembleia Geral realizada a 21 de junho de 2018, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou “ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de:

- Regularizar a situação que está subjacente à reserva apresentada na Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas;
- Dar cumprimento ao artigo 145º Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental 2018), no que se refere aos gastos operacionais;
- Continuar a diminuir o PMP até ao prazo de 45 dias previsto no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas;
- Dar cumprimento ao artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que respeita à elaboração de relatório anual de prevenção da corrupção.”

Relativamente à primeira recomendação, esta diz respeito ao facto de durante o exercício de 2017 terem sido “efetuadas projeções para custos estimados para a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos da Entidade” que indiciavam “uma sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 326 milhões de euros. Não obstante, a Administração entendeu manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício anterior [2017], que a 31 de dezembro de 2017, ascende a 521 milhões de euros, por razões cautelares, dado considerar que a eficácia do novo modelo deverá ser testada em anos futuros.” No exercício de 2018 voltaram a ser efetuadas projeções para custos estimados para a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos que, embora indiciem uma eventual sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 255 milhões de euros, mostram uma relevante diminuição face ao exercício anterior. Por este facto a Administração considera mais apropriado e cauteloso manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício de 2017.

O ponto 6.3.14. deste Relatório incide sobre a segunda recomendação, o ponto 6.3.4. incide sobre a terceira recomendação e o ponto 6.3.10. incide sobre a última recomendação.



Cumprimento das Orientações legais - 2018		Apêndice 2 - EPNF	
	Cumprimento S / N / N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
Objectivos de Gestão	N.A.		Não foram definidos objetivos para o exercício de 2018. Ver ponto 6.3.1 do RC 2018.
Metas a Atingir constantes na PAD 2018			Ver ponto 6.3.1 do RC 2018.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE		Taxa de Execução Despesa = 97%, Taxa Execução Receita = 98%	Ver capítulo Subsistema de Contabilidade Orçamental.
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento em 2018 = 3,30%	Atribuída ao IGCP através de contrato de mandato. Ver ponto 6.3.2 do RC 2018.
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Aumento de 4,4% face a 2017	Ver ponto 6.3.3 do RC 2018.
Evolução do PMP a fornecedores	N	Prazo de 51 dias em 2018.	Ver ponto 6.3.4 do RC 2018.
Divulgação nos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Sem pagamentos em atraso a mais de 90 dias a 31 de dezembro 2018	Ver ponto 6.3.4 do RC 2018.
Recomendações do acionista na aprovação de contas			Ver ponto 6.3.5 do RC 2018.
Regularizar a situação que está subjacente à reserva apresentada na Certificação Legal de Contas, individuais e consolidadas;	N		Ver ponto 6.3.5 do RC 2018.
Dar cumprimento ao artigo 145º Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental 2018), no que se refere aos gastos operacionais;	N		Ver ponto 6.3.14 do RC 2018.
Continuar a diminuir o PMP até ao prazo de 45 dias previsto no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas;	N		Ver ponto 6.3.4 do RC 2018.
Dar cumprimento ao artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e à Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que respeita à elaboração de relatório anual de prevenção da corrupção.	S		Ver ponto 6.3.10 do RC 2018.
Remunerações			Ver ponto 6.3.6 do RC 2018
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	S	Reduções Remuneratórias = 10,981,73 euros	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		
Auditor Externo - reduções remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	N.A.		
EGP - Artigo 32º e 33º do EGP			Ver ponto 6.3.7 do RC 2018
Não utilização de cartões de crédito	S		Existem dois cartões de crédito utilizados exclusivamente em despesas da Empresa, um é destinado a pagamentos excecionais de valores elevados apenas possíveis através de multibanco, e o outro é utilizado para os restantes pagamentos de despesas pontuais, nomeadamente as efetuadas online.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 6.3.8 do RC 2018.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N		O relatório previsto no n.º 2 da RCM 18/2014 está em elaboração prevendo-se a sua divulgação durante o ano de 2019. Ver ponto 6.3.9 do RC 2018.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://www.metrodoporto.pt/pages/328	Ver ponto 6.3.10 do RC 2018.
Contratação Pública			Ver ponto 6.3.11 do RC 2018.
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Foi submetido a Visto Prévio o contrato de prestação de serviços de revisão geral dos 960.000 km dos veículos Eurotram (lote 2). Foi concedido visto a 20/12/2018.	
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	Não existiram recomendações do Tribunal de Contas.	Ver pontos 6.3.16 do RC 2018.
Parque Automóvel			
N. Viaturas	S	Manutenção do número de viaturas face a 2017.	Ver pontos 6.3.13 do RC 2018.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N		Ver ponto 6.3.14 do RC 2018.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			Ver ponto 6.3.15 do RC 2018.
Disponibilidade e aplicações Centralizadas no IGCP	S	99,1% das disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de dezembro 2018.	
Disponibilidade e aplicações na Banca Comercial	S	154.122 euros	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	N.A.		

Metro do Porto, S.A.

O modelo de governância, Comissão Executiva e Conselho de Administração com administradores executivos e não executivos, tem-se revelado adequado, tendo a Empresa beneficiado da empenhada intervenção de uns e de outros.

PORTO, 08 DE MAIO DE 2019

O Conselho de Administração

(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)

(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)

(Eng. Tiago Filipe da Costa Braga)

(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)

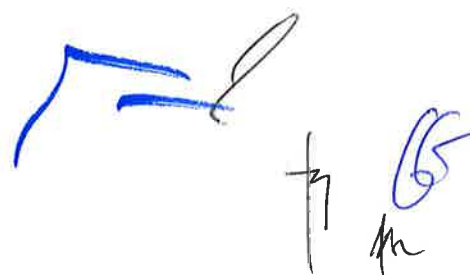
(Eng. António Domingos Silva Tiago)

XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da entidade deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

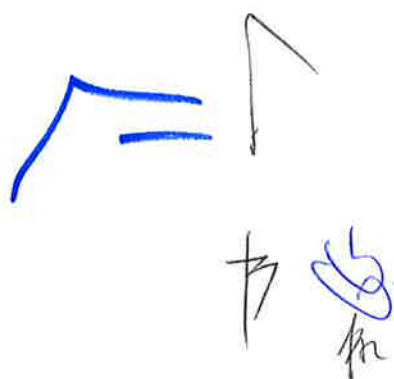
- 1. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2017 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66-B do CSC) (aplicável às grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cfr. n.º 1 do mesmo artigo).*
- 2. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2018.*
- 3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
- 4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.*
- 5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2017.*

- Anexo 1 – não aplicável
- Anexo 2 - ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2018
- Anexo 3 - RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
- Anexo 4 - DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO RJSPE
- Anexo 5 – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017 – encontra-se disponível no SIRIEF as Atas 48 e 49 da Assembleia Geral.




ANEXO 1

(não aplicável)



ANEXO 2

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2018





Ata n.º 504

Aos oito dias do mês de maio de 2019, pelas onze horas, reuniu, na sede da Sociedade, sita na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º, 4350 - 158, Porto, o Conselho de Administração da Sociedade Metro do Porto, S.A., titular do número único de pessoa coletiva e de matrícula 503 278 602, com o capital social de 7 500 000,00 euros (sete milhões e quinhentos mil euros), para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

1. Projetos de Relatório e Contas, Relatório e Contas Consolidado, Relatório de Sustentabilidade e Relatório de Governo Societário relativos ao Exercício de 2018

Encontravam-se presentes todos os Administradores Senhores Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga, Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, Eng.º António Domingos da Silva Tiago e Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes.

Presidiu à reunião o Administrador Executivo do Conselho de Administração Senhor Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, tendo a reunião sido secretariada pelo Senhor Dr. Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães, Diretor do Gabinete Jurídico da Sociedade.

Entrando na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto.

1. Projetos de Relatório e Contas, Relatório e Contas Consolidado, Relatório de Sustentabilidade e Relatório de Governo Societário relativos ao Exercício de 2018

O Conselho de Administração analisou detalhadamente, sobre o exercício de 2018, o Relatório e Contas (MP-1701294/19), o Relatório e Contas Consolidado (MP-1709343/19), o Relatório de Sustentabilidade (MP-1709960/19) e o Relatório de Governo Societário (MP-1701295/19), sobre a estrutura e práticas de governo da Sociedade, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Administrador Senhor Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes deu por encerrada a reunião eram doze horas.

(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)

(Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga)

(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)

(Eng.º António Domingos da Silva Tiago)

(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)

ANEXO 3

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a large loop and a smaller signature below it.

ANEXO 4

DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO RJSPE

Handwritten blue ink signature and initials. The signature consists of a stylized 'A' followed by a horizontal line. Below it, there are initials 'M' and 'B' with a checkmark.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Jorge Moreno Delgado, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Jorge Moreno Delgado



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Jorge Moreno Delgado, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Jorge Moreno Delgado



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Tiago Filipe da Costa Braga, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Tiago Filipe da Costa Braga

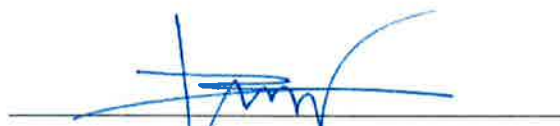


DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

[artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro]

Eu, Tiago Filipe da Costa Braga, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Tiago Filipe da Costa Braga

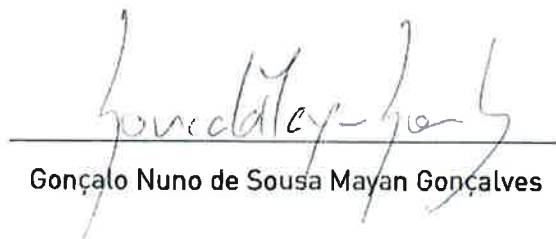


DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Marco André dos Santos Martins Lopes, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Marco André dos Santos Martins Lopes



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Marco André dos Santos Martins Lopes, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Marco André dos Santos Martins Lopes



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



António Domingos da Silva Tiago



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



António Domingos da Silva Tiago



Esca de Queirós 20 de maio de 2016
Exmo. Senhor
Dr. Vitor Miguel Rodrigues Braz
V.I. Inspetor-Geral
Inspeção - Geral das Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA
DECLARAÇÕES 2016 ART. 52.º DO DL. 133/2013 METRO DO PORTO

<input type="checkbox"/> Encomenda - Calls	<input type="checkbox"/> Contra Reembolso	<input type="checkbox"/> Importância - Montant
<input type="checkbox"/> Pessoal / Mão Própria	<input type="checkbox"/> Remboursement	
<input type="checkbox"/> A Mão Própria		
<input type="checkbox"/> Prova entrega	Vale de Correio	Importância - Montant
<input type="checkbox"/> Luraison atteste	Mandat de Poste	
Este AVISO foi assinado <input type="checkbox"/> Pelo Destinatário		
Cert AVIS a été signé <input checked="" type="checkbox"/> Par le Destinataire		
Identificação de quem recebeu o objecto - Identification de la personne qui a reçu l'objet		
Por pessoa a quem foi entregue		
Par la personne qui a été livrée		
Entrégue - Remise		
Paga - Payé		
Reçu - Receipt		
1199-005 LISBOA		
Nome legível - Nom lisible		
Data e assinatura - Date et signature		
23/5/2016		

Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço • Ne rien inscrire ci-dessous •

AVISO DE RECEPÇÃO - de entrega
AVIS DE RECEPTION - de livraison
CTT correios
CTT CORREIOS DE PORTUGAL

Marca do dia da estação
que devolve o aviso
timbre du bureau
renvoyant l'avis

Reservado à colagem da Etiqueta Código de Barras - Numéro



RE-1017 1986.0 PT

Devolver a - Renvoyer à
Prioritaire - Par avion

Nome - Morada, País e Código Postal



Metro do Porto, S.A.
Av. Ramão Magalhães, 1862-7º
4350-158 Porto | Portugal

210207 - 11071 - 1071 - 400001578 - D.L. 2006

ANEXO 5

ATAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
2017

Encontra-se disponível no SIRIEF as Atas 48 e 49 da Assembleia Geral

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a vertical line and a horizontal line, with a small 'm' at the bottom right.